



**PREFEITURA DE
LONDRINA**

Secretaria Municipal de
Fazenda

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2023

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Publicado em março de 2024

Secretaria Municipal de Fazenda

Secretário Municipal de Fazenda

João Carlos Barbosa Perez

Equipe Técnica

Danilo Aparecido Landegrafi Barbosa – Diretor de Contabilidade

Miguel Massamitsu Saito Junior – Gerente de Contabilidade

Fabício Borges de Sousa – Coordenador de Contabilidade

Anderson Martins de Melo - Contador

Benedito Balduino da Silva - Contador

Carolina Queiroz da Silva - Contadora

Julio Cesar de Souza - Contador

Marcelo Carocia - Contador

Informações

Telefone: (43) 3372-4294, 3372-4288 e 3372-4287

Correio eletrônico: contabilidade@londrina.pr.gov.br

Disponível em: www.londrina.pr.gov.br

Última alteração no documento: 25/03/2023

Sumário

Lista de Siglas e Abreviaturas	5
Lista de tabelas	8
Apresentação das Demonstrações Contábeis de 2023	9
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
I - BALANÇO PATRIMONIAL	10
II - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	13
III - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	15
IV - BALANÇO FINANCEIRO	16
V - FLUXO DE CAIXA	17
VI - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	19
1 - Base de Elaboração das Demonstrações e das Práticas Contábeis	19
2 – Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP)	19
3 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	23
4 – Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis	26
5 – Balanço Patrimonial – Contas do Ativo	27
5.1 Caixa e Equivalente a Caixa	27
5.2 - Créditos a Receber	28
5.3 - Demais Créditos e Valores	31
5.4 - Estoques	32
5.5 - Investimentos	32
5.6 – Imobilizado	33
5.7 - Intangível	39
6 – Balanço Patrimonial – Contas do Passivo	39
6.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	39
6.2 - Empréstimos e Financiamentos	40
6.3 - Fornecedores e Contas a Pagar	40
6.4 - Obrigações Fiscais	41
6.5 - Provisões	41
6.6 – Demais Obrigações	42
6.7 - Patrimônio Líquido	43
7 – Balanço Patrimonial - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	44
7.1 – Balanço Patrimonial - Atos Potenciais Ativos	44
7.2 - Balanço Patrimonial - Atos Potenciais Passivos	45
7.3 – Balanço Patrimonial - Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial	46
8 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - VPA	47

8.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	47
8.2 – VPA - Transferências e Delegações Recebidas	47
8.3 – VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.....	47
9 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - VPD	48
9.1 – VPD – Pessoal e Encargos	48
9.2 – VPD - Transferências e Delegações Concedidas	48
10 – Variações Patrimoniais Aumentativas X Variações Patrimoniais Diminutivas	49
11 – Balanço Orçamentário	49
11.1 Execução Orçamentária da Receita	49
11.2 - Balanço Orçamentário - Execução Orçamentária da Despesa	50
11.3 - Balanço Orçamentário - Resultado Orçamentário	50
11.4 - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar	50
12 – Balanço Financeiro	51
12.1 - Resultado Financeiro	51
13 – Fluxo de Caixa	52
13.1 Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53

Lista de Siglas e Abreviaturas

A.A.	Ao ano
AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AFAI	Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa
AFPR	Agência de Fomento do Paraná
AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BHLS	<i>Bus with High Level of Service</i>
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BRT	<i>Bus Rapid Transit</i>
BSM	Brasil sem Miséria
CAAPSMML	Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina
CEDCA	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEF	Caixa Econômica Federal
CENTRO-POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CF/88	Constituição Federal de 1988
CGM	Controladoria-Geral do Município
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CIDREBAC	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Regional da Bacia do Cafezal
CISMEL	Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania de Londrina e Região
CMTU	Companhia Municipal de Trânsito e Urbanismo
CMV	Custo das Mercadorias Vendidas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CÓD.	Código
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COHAB-LD	Companhia de Habitação de Londrina
Contr.	Contrato
COSIP	Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CSP	Custo dos Serviços Prestados
CSV	Custo dos Serviços Vendidos
DCASP	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DIRF	Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte
DRM	Desvinculação das Receitas do Município
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
E-SOCIAL	Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas

FEAS	Fundo Estadual de Assistência Social
FIA/PR	Fundo Estadual para Infância e Adolescência – Paraná
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FMDCA	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
FMDU	Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano
FMHL	Fundo Municipal de Habitação de Londrina
FMMA	Fundo Municipal do Meio Ambiente
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNHIS	Fundo Nacional de Interesse Social
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
FUNREBOM	Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros
FUPA	Fundo de Proteção aos Animais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i>
IGF	Índice de Gestão Descentralizada
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA-E	Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial
IPI	Imposto sobre Produtos Importados
IPSAS	<i>International Public Sector Accounting Standards</i>
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto sobre Serviço
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCIDADES	Ministério das Cidades
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MP	Ministério Público
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Convergentes com as Normas Internacionais)
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NE	Nota Explicativa
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Plano de Ações Articuladas
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PCASPM-PR	Plano de Contas Aplicado aos Municípios do Paraná
PCP	Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PEC	Praça dos Esportes e da Cultura
PETE	Programa Estadual de Transporte Escolar
PIPCP	Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PIS	Programa de Integração Social
PL	Patrimônio Líquido
PMAT	Programa de Modernização da Administração Tributária
PNATE	Programa Nacional de Transporte Escolar
PPAS	Piso Paranaense de Assistência Social
Procon-Ld	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor – Londrina
Proinfância	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROMAP	Programa de Apoio à Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RECRED	Programa de Recuperação de Crédito
RFB	Receita Federal Brasileira
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEAB	Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento
SEDS	Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social
SEDU	Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano
SEIL	Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística
SERCOMTEL	Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina
SFM	Sistema de Financiamento aos Municípios
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SMAA	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
SIMAM	Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMF	Secretaria Municipal de Fazenda
SMG	Secretaria Municipal de Governo
SMOP	Secretaria Municipal de Obras Públicas
SMPM	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres
SMPOT	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia
SMRH	Secretaria Municipal de Recursos Humanos
SMTER	Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda
SPPE	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCE-PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas

Lista de tabelas

- Tabela 1 - Caixa e Equivalente a Caixa
- Tabela 2 – Composição da Conciliação Bancária
- Tabela 3 – Créditos Tributários a Receber a Curto Prazo
- Tabela 4 – Detalhamento dos Ajustes de Perdas de Crédito a curto prazo
- Tabela 5 – Demais Créditos e Valores de Curto e Longo Prazo
- Tabela 6 – Estoque em Almoxarifado
- Tabela 7 - Investimentos
- Tabela 8 – Imobilizado
- Tabela 9 – Bens Móveis
- Tabela 10 – Bens Imóveis
- Tabela 11 - Bens de Uso Especial
- Tabela 12 - Bens Dominicais
- Tabela 13 - Bens de Uso Comum do Povo
- Tabela 14 – Outros Bens Imóveis Quanto a Utilização
- Tabela 15 – Detalhamento das Obras em Andamento no Final do Exercício
- Tabela 16 – Bens Intangíveis
- Tabela 17 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto e Longo Prazo
- Tabela 18 – Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo
- Tabela 19 – Fornecedores e Contas a Pagar de Curto e Longo Prazo
- Tabela 20 – Obrigações Fiscais de Curto e Longo Prazo
- Tabela 21 – Provisões de Longo e Curto Prazos
- Tabela 22 – Demais Obrigações de Curto e Longo Prazo
- Tabela 23 – Participações em empresas com Patrimônio Líquido Negativo
- Tabela 24 – Patrimônio Líquido
- Tabela 25 – Detalhamento de Ajustes de Exercícios Anteriores
- Tabela 26 – Apresentação do Saldo Patrimonial
- Tabela 27 – Atos Potenciais Ativos
- Tabela 28 – Atos Potenciais Ativos – Retificada
- Tabela 29 – Atos Potenciais Passivos
- Tabela 30 – Atos Potenciais Passivos – Retificada
- Tabela 31 – Detalhamento das Obrigações Contratuais a Executar
- Tabela 32 – Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro Apurado no Exercício
- Tabela 33 – Apuração do Resultado Patrimonial do Exercício
- Tabela 34 – VPA – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- Tabela 35 – VPA – Transferências e Delegações Recebidas
- Tabela 36 – VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas
- Tabela 37 – Pessoal e Encargos
- Tabela 38 – Repasse Concedido
- Tabela 39 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas
- Tabela 40 – Receita Realizada
- Tabela 41 – Despesa Empenhada
- Tabela 42 – Comparação entre a Receita e Despesa Orçamentária Executadas
- Tabela 43 – Histórico da Composição dos Estoques de Restos a Pagar
- Tabela 44 – Resultado Financeiro
- Tabela 45 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa – Formação

MUNICÍPIO DE LONDRINA
CNPJ Nº 75.771.477/0001-70

Apresentação das Demonstrações Contábeis de 2023

As Demonstrações Contábeis da Administração Direta da Prefeitura do Município de Londrina são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Observam, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As estruturas e a composição das DCASP estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as publicações da Secretaria do Tesouro Nacional, através do Balanço Geral da União.

Dessa forma, as DCASP são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Notas Explicativas.

O presente documento não se trata de uma consolidação das contas municipais, desta forma não serão apresentadas as informações sobre limites constitucionais e Metas Fiscais, as quais estão disponíveis no Portal de Transparência do Município.

Os dados foram extraídos do Sistema Informatizado de Contabilidade da Administração Pública (Sistema de Contabilidade Pública Equiplano), na data-base de 31/12/2023.

O Resultado Orçamentário da Prefeitura do Município de Londrina, apurado em 2023, foi superavitário em R\$ 456,8 milhões. E é a partir desse superávit que a Prefeitura pode efetuar as interferências financeiras às entidades das Administração Indireta.

As receitas orçamentárias arrecadadas em 2023 totalizaram R\$ 2,232 bilhões, com expansão nominal de 9% quando comparadas com o exercício de 2022, que totalizou R\$ 2,031 bilhões de arrecadação.

As despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas e pagas totalizaram, respectivamente, R\$ 1,776 bilhão, 1,540 bilhão e 1,537 bilhão, que comparadas ao exercício de 2022 representam uma elevação nominal de 26,35% nas despesas empenhadas, um aumento de 23,48% nas despesas liquidadas e um aumento de 24,05% nas despesas pagas.

O resultado patrimonial apurado para o exercício de 2023 foi deficitário em R\$ 2,8 bilhões, apresentando um aumento no déficit na ordem de 1.773% em relação ao exercício de 2022, que foi deficitário no valor de R\$ 160,4 milhões. A variação expressiva foi ocasionada pela adoção de novas práticas contábeis estabelecidas pela STN e o valor se refere a movimentações de Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS, com base no Relatório de Avaliação Atuarial de 2023.

A seguir, serão apresentadas as demonstrações contábeis da Administração, relativas ao exercício de 2023, e detalhados os seus principais itens e informações relevantes em Notas Explicativas.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
I - BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício de 2023 – Anexo 14

A T I V O			
CONTAS CONTÁBEIS	NE	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		645.976.302,31	750.575.075,90
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.1	405.189.261,93	525.587.271,05
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional		405.189.261,93	525.587.271,05
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	5.2	41.394.260,29	38.595.533,00
Créditos Tributários a Receber		132.982.852,65	116.167.456,87
Créditos e Transferências a Receber		23.747.425,23	18.879.404,53
Dívida Ativa Tributária		1.228.838.955,37	1.174.544.853,00
Dívida Ativa Não Tributária		477.294.417,90	477.294.417,90
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo		(1.821.469.390,86)	(1.748.290.599,30)
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	5.2	188.719.259,16	172.987.188,95
Adiantamentos Concedidos		1.750,00	0,00
Tributos a Recuperar / Compensar		3.558.413,88	3.558.413,88
Créditos por Danos ao Patrimônio		17.062.726,42	17.479.339,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		26.829.562,32	11.518.265,73
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo		141.395.100,87	141.395.100,87
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		-128.294,33	-963.930,73
ESTOQUES	5.4	10.673.520,93	13.405.082,90
Almoxarifado		0,00	13.174.105,83
Outros Estoques		10.673.520,93	230.977,07
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		3.014.622.708,95	2.796.196.508,27
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.162.288,94	1.166.150,56
Créditos a Longo Prazo		570.162,90	570.162,90
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		592.126,04	595.987,66
INVESTIMENTOS	5.5	172.101.421,88	150.666.445,96
Participações Permanentes		172.101.421,88	150.666.445,96
IMOBILIZADO	5.6	2.840.163.266,49	2.629.668.377,87
Bens Móveis		182.380.813,04	154.280.177,78
Bens Imóveis		2.659.318.629,98	2.476.924.376,62
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada		(1.536.176,53)	(1.536.176,53)
INTANGÍVEL	5.7	1.195.731,64	14.695.533,88
Softwares		1.195.731,64	1.050.688,63
Direito de Uso de Imóveis		0,00	13.644.845,25
TOTAL DO ATIVO		3.660.599.011,26	3.546.771.584,17

P A S S I V O			
CONTAS CONTÁBEIS	NE	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE		177.485.518,91	56.073.162,65
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS			
ASSISTÊNCIAS A PAGAR A CURTO PRAZO	6.1	134.850.147,10	13.082.427,39
Pessoal a Pagar		2.358.244,80	2.312.223,08
Benefícios Previdenciários a Pagar		54.397.003,66	
Benefícios Assistenciais a Pagar		9.820,97	20.530,36
Encargos Sociais a Pagar		78.085.077,67	10.749.673,95
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	6.2	22.729.785,28	16.370.732,14
Empréstimos a Curto Prazo - Interno		16.820.636,16	5.443.140,95
Financiamentos a Curto Prazo - Interno		5.883.643,04	10.842.492,53
Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamento a Curto Prazo - Interno		25.506,08	85.098,66

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	6.3	1.183.737,64	1.629.011,12
Fornecedores e Contas a Pagar Nacional a Curto Prazo		1.183.737,64	1.629.011,12
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	6.4	278.923,20	369.265,63
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União		277.968,55	368.438,96
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados		954,65	826,67
PROVISÕES A CURTO PRAZO	6.5	0,00	510.305,80
Outras Provisões a Curto Prazo		0,00	510.305,80
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.6	18.442.925,69	24.111.420,57
Valores Restituíveis		17.044.140,67	16.360.944,51
Outras Obrigações a Curto Prazo		1.398.785,02	7.750.476,06
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		3.486.032.644,44	724.195.263,21
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTÊNCIA A PAGAR A LONGO PRAZO	6.1	211.912.485,66	256.677.614,89
Pessoal a Pagar		27.549.832,63	32.040.799,43
Encargos Sociais a Pagar		184.362.653,03	224.636.815,46
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	6.2	206.697.293,11	170.506.558,56
Empréstimos a Longo Prazo - Interno		190.726.760,44	149.620.273,46
Financiamentos a Longo Prazo - Interno		8.426.677,14	14.368.937,60
Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos a Longo Prazo - Interno		7.543.855,53	6.517.347,50
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	6.3	241.936.058,39	88.777.447,72
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo		241.936.058,39	88.777.447,72
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	6.4	17.398.618,74	17.672.902,98
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União		17.398.618,74	17.672.902,98
PROVISÕES A LONGO PRAZO	6.5	2.808.088.188,54	179.906.996,27
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo		51.057.767,88	48.266.870,58
Outras Provisões a Longo Prazo		2.757.030.420,66	131.640.125,69
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	6.6	0,00	10.653.742,79
Outras Obrigações a Longo Prazo		0,00	10.653.742,79
TOTAL DO PASSIVO		3.663.518.163,35	780.268.425,86
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CONTAS CONTÁBEIS	NE	2023	2022
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		14.316.439,25	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos		14.316.439,25	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS		-17.235.591,34	2.766.503.158,31
Resultado do Exercício		-2.844.804.663,25	-160.451.367,29
Resultados de Exercícios Anteriores		2.366.156.059,45	2.892.181.728,60
Ajustes de Exercícios Anteriores		461.413.012,46	34.772.797,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.7	-2.919.152,09	2.766.503.158,31
TOTAL (PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO)		3.660.599.011,26	3.546.771.584,17

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - Anexo 14 - Nota

ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
A T I V O (I)			
Ativo Financeiro		433.120.940,52	538.628.127,45
Ativo Permanente		3.227.478.070,74	3.008.143.456,72
TOTAL DO ATIVO		3.660.599.011,26	3.546.771.584,17
P A S S I V O (II)			
Passivo Financeiro		273.999.820,93	232.048.906,12
Passivo Permanente		3.643.418.269,05	755.123.437,62
TOTAL DO PASSIVO		3.917.418.089,98	987.172.343,74
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	7	-256.819.078,72	2.559.599.240,43

Quadro das Contas de Controles - Anexo 14 - Nota

Saldo dos Atos Potenciais Ativos			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		2.980.315,82	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber		0,00	0,00
Direitos Contratuais a Executar		170.644.192,67	183.677.729,36
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		0,00	0,00
TOTAL	7.1	173.624.508,49	183.677.729,36

Saldo dos Atos Potenciais Passivo			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		58.559.903,09	0,00
Obrigações Conveniados e outros Instrumentos Congêneres a Liberar		0,00	0,00
Obrigações Contratuais a Executar		902.681.977,85	603.064.985,19
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		0,00	0,00
TOTAL	7.2	961.241.880,94	603.064.985,19

DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

FONTE DE RECURSO	NE	2023	2022
Alienação de Bens		302.332,57	919.535,67
Apoio Financeiro a Municípios		3.273.261,93	128.924,38
Cessão Onerosa - Pré-Sal		148.383,50	130.819,00
Emenda Parlamentar		11.497.264,30	7.360.865,92
Operação de Crédito		- 54.468.585,25	- 26.742.705,74
Ordinária		95.448.362,11	248.698.626,55
Outras Origens		60.302.642,08	42.687.202,06
Transferências do FUNDEB		21.376.022,49	11.263.206,11
Transferência de Programas		7.930.294,49	7.527.929,60
Transferência Voluntária		13.311.141,37	14.554.489,55
Valores Restituíveis		-	50.328,23
TOTAL GERAL	7.3	159.121.119,59	306.579.221,33

II - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2023 - Anexo 15

CONTAS CONTÁBEIS	NE	2023	2022
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	8	2.730.868.026,41	2.460.388.826,40
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		1.134.337.611,35	1.018.649.254,28
Impostos		1.084.598.056,62	974.249.513,94
Taxas		49.744.432,30	44.429.589,52
Contribuições de Melhorias		-4.877,57	-29.849,18
CONTRIBUIÇÕES		57.350.758,54	52.111.415,97
Contribuições Sociais		0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		57.350.758,54	52.111.415,97
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		3.609.020,50	3.630.452,99
Venda de Mercadorias		0,00	0,00
Venda de Produtos		0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		3.609.020,50	3.630.452,99
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		183.123.982,53	204.752.008,32
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		101.107.434,98	130.971.368,13
Variações Monetárias e Cambiais		4.618.992,71	5.543.635,34
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		77.397.554,84	67.862.743,63
Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativa - Financeiras		0,00	374.261,22
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		992.776.918,01	931.896.734,94
Transferências Intragovernamentais		9.212.973,14	19.988.022,17
Transferências Inter Governamentais		975.783.923,55	908.013.914,18
Transferências das Instituições Privadas		5.507.665,00	687.629,34
Transferências das Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências do Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada		22.566,58	0,00
Transferências de Pessoas Físicas		134.889,27	226.711,22
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.114.900,47	2.980.458,03
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		431.496,33	2.636.986,45
Reavaliação de Ativos		0,00	843.342,90
Ganhos com Alienação		50.308,00	1.793.643,55
Ganhos com Incorporação de Ativos		381.188,33	0,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos		0,00	0,00
Reversão de Redução a Valor Recuperável		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		359.238.239,15	246.711.973,45
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		368.272,85	1.741.182,15
Resultado Positivo de Participações		2.172.978,01	5.743,84
Subvenções Econômicas		0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajuste de Perdas		243.106.190,96	102.149.336,23
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		113.590.797,33	142.815.711,23
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	9	5.575.672.689,66	2.620.840.193,69
PESSOAL E ENCARGOS		903.834.466,57	773.304.315,29
Remuneração a Pessoal		603.416.936,81	529.456.187,09
Encargos Patronais		266.829.290,58	212.375.865,24
Benefício a Pessoal		30.963.435,20	28.137.819,83
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		2.624.803,98	3.334.443,13
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		19.446.567,20	18.226.672,49
Aposentadorias e Reformas		54.982,02	79.019,68
Pensões		0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuadas		0,00	0,00

Benefícios Eventuais		19.390.875,97	18.146.644,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda		0,00	0,00
Outros Benefícios Assistenciais		709,21	1.008,81
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		241.946.108,88	192.189.568,82
Uso de Materiais de Consumo		82.155.401,77	62.440.349,80
Serviços		159.790.707,11	129.749.219,02
Depreciação, Amortização e Exaustão		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		77.155.716,24	38.406.965,73
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		73.566.327,22	31.932.208,59
Juros e Encargos de Mora		1.062.299,38	5.691,29
Variações Monetárias e Cambiais		2.526.458,01	6.468.863,41
Descontos Financeiros Concedidos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		631,63	202,44
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		3.781.509.241,21	783.686.336,90
Transferências Intragovernamentais		3.521.505.172,80	589.582.096,79
Transferências Inter Governamentais		129.106.719,14	109.584.545,95
Transferências a Instituições Privadas		130.897.349,27	84.495.384,16
Transferências a Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências ao Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada		0,00	24.310,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas		0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		191.066.187,64	555.396.889,96
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		190.897.757,19	551.480.691,06
Perdas com Alienação		0,00	2.601.284,17
Perdas Involuntárias		102.817,30	302,00
Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Desincorporação de Ativos		65.613,15	1.314.612,73
TRIBUTÁRIAS		18.262.263,95	17.371.464,05
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias		100.311,26	75.703,22
Contribuições		18.161.952,69	17.295.760,83
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		0,00	0,00
Custos das Mercadorias Vendidas - CMV		0,00	0,00
Custo dos Produtos Vendidos - CPV		0,00	0,00
Custos dos Serviços Prestado - CSP		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		342.452.137,97	242.257.980,45
Premiações		590.000,00	0,00
Resultado Negativo de Participações		6.491.635,95	0,00
Incentivos		3.053.774,46	2.011.190,01
Subvenções Econômicas		1.675.000,00	0,00
Participações e Contribuições		0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões		3.323.667,36	31.513.079,73
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		327.318.060,20	208.733.710,71
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	10	-2.844.804.663,25	-160.451.367,29

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
(decorrentes da execução orçamentária)

CONTAS CONTÁBEIS	NE	2023	2022
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		175.750.058,15	105.568.545,89
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		26.871.054,17	27.875.211,28
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO		59.539.972,27	52.929.481,31
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		0,00	26.186.487,31

III - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Receitas Orçamentárias do Exercício – Anexo 12

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
			(a)	(b)	c=(b-a)
Receitas Correntes (I)	11.1	2.095.815.000,00	2.102.713.692,33	2.159.084.540,69	56.370.848,36
Receitas de Impostos, Taxas e Contr. Melhoria		1.155.256.000,00	1.155.256.000,00	1.161.647.327,30	6.391.327,30
Receitas de Contribuições		46.119.000,00	46.119.000,00	57.352.637,30	11.233.637,30
Receita Patrimonial		31.367.000,00	32.700.982,50	90.833.183,77	58.132.201,27
Receita de Serviços		2.890.000,00	2.890.000,00	3.583.007,55	693.007,55
Transferências Correntes		841.329.000,00	846.834.509,83	822.289.511,73	-24.544.998,10
Outras Receitas Correntes		18.854.000,00	18.913.200,00	23.378.873,04	4.465.673,04
Receitas de Capital (II)	11.1	157.630.000,00	184.322.695,35	73.345.506,57	-110.977.188,78
Operações de Crédito		155.200.000,00	156.200.552,75	59.539.972,27	-96.660.580,48
Alienação de Bens		200.000,00	200.000,00	50.308,00	-149.692,00
Transferências de Capital		2.230.000,00	27.922.142,60	13.755.226,30	-14.166.916,30
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Intraorçamentária (III)	11.1	89.000,00	89.000,00	66.619,92	-22.380,08
Outras Receitas Correntes Intraorçamentárias		89.000,00	89.000,00	66.619,92	-22.380,08
Sub Total com Refinanciamento (IV) = (I+II+III)		2.253.534.000,00	2.287.125.387,68	2.232.496.667,18	-54.628.720,50
Déficit (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
T o t a l (VI) = (IV+V)	11.1	2.253.534.000,00	2.287.125.387,68	2.232.496.667,18	-54.628.720,50
Saldo de Exercícios Anteriores		0,00	280.970.146,73	280.970.146,73	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		0,00			0,00
Superávit Financeiro		0,00	280.976.146,73	280.976.146,73	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	-6.000,00	-6.000,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesas Pagas	Saldo
		(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(c) = (e-f)
Despesas Correntes (I)		1.393.116.000,00	1.576.145.761,85	1.509.177.123,75	1.414.713.620,67	1.412.685.134,88	66.968.638,10
Pessoal e Encargos Sociais		860.206.000,00	935.441.827,96	897.184.452,14	897.113.885,51	896.678.724,98	38.257.375,82
Juros e Encargos da Dívida		39.665.000,00	32.549.000,00	32.490.259,64	31.387.975,60	31.387.975,60	58.740,36
Outras Despesas Correntes		493.245.000,00	608.154.933,89	579.502.411,97	486.211.759,56	484.618.434,30	28.652.521,92
Despesas de Capital (II)		246.010.000,00	369.607.148,36	266.503.334,50	125.047.639,13	124.527.801,47	103.103.813,86
Investimentos		205.326.000,00	328.736.148,36	225.653.816,03	84.632.767,96	84.112.930,30	103.082.332,33
Inversões Financeiras		11.002.000,00	13.736.000,00	13.732.546,61	13.732.546,61	13.732.546,61	3.453,39
Amortização da Div. Refinanciada		29.682.000,00	27.135.000,00	27.116.971,86	26.682.324,56	26.682.324,56	18.028,14
Reserva de Contingências (III)		3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingências		3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal da Despesas (IV) = (I+II+III)		1.642.126.000,00	1.945.752.910,21	1.775.680.458,25	1.539.761.259,80	1.537.212.936,35	170.072.451,96
Amortização da Dívida / Refinanc. (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal c/Refinanciamento (VI) = (IV+V)		1.642.126.000,00	1.945.752.910,21	1.775.680.458,25	1.539.761.259,80	1.537.212.936,35	170.072.451,96
Reserva do RPPS (VII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit (VIII)		611.408.000,00	341.372.477,47	456.816.208,93	692.735.407,38	695.283.730,83	-115.443.731,46
TOTAL (IX) = (VI+VII+VIII)	11.2	2.253.534.000,00	2.287.125.387,68	2.232.496.667,18	2.232.496.667,18	2.232.496.667,18	54.628.720,50

Anexo I – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados

	NE	INSCRITOS		LIQUIDADO	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-e)
Despesas Correntes		4.731.341,32	90.319.123,97	71.803.904,69	71.699.431,29	20.039.719,52	3.206.841,08
Pessoal e Encargos Sociais		159.386,94	45.655,12	26.842,47	26.842,47	164.537,19	13.662,40
Juros e Encargos da Dívida		50.335,76	702.365,60	702.365,60	702.365,60	50.335,76	0,00
Outras Despesas Correntes		4.521.618,62	89.571.103,25	71.074.696,62	70.970.223,22	19.824.846,57	3.193.178,68
Despesas Capital		43.803.599,60	68.049.852,99	86.256.900,05	85.944.908,35	10.822.665,44	14.773.887,10
Investimentos		43.731.197,72	67.732.717,09	85.939.764,15	85.627.772,45	10.750.263,56	14.773.887,10
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		72.401,88	317.135,90	317.135,90	317.135,90	72.401,88	0,00
T o t a l	11.4	48.534.940,92	158.368.976,96	158.060.804,74	157.644.339,64	30.862.384,96	17.980.728,18

Anexo II – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados

	NE	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
		(a)	(b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-e)
Despesas Correntes		672.234,70	7.250.181,38	7.286.650,12	555.495,32	80.270,64
Pessoal e Encargos Sociais		89.548,72	1.250.100,10	1.312.944,73	3.950,42	22.753,67
Juros e Encargos da Dívida		0,00	59.592,58	59.592,58	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		582.685,98	5.940.488,70	5.914.112,81	551.544,90	57.516,97
Despesas Capital		306.021,58	555.606,07	845.546,47	5.386,74	10.694,44
Investimentos		300.634,84	100.465,03	390.405,43	0,00	10.694,44
Inversões Financeiras		5.386,74	0,00	0,00	5.386,74	0,00
Amortização da Dívida		0,00	455.141,04	455.141,04	0,00	0,00
T o t a l	11.4	978.256,28	7.805.787,45	8.132.196,59	560.882,06	90.965,08

IV - BALANÇO FINANCEIRO

I N G R E S S O S			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (i)		2.232.496.667,18	2.031.368.173,26
Ordinária		1.739.843.074,69	1.574.944.822,43
Vinculada		492.653.592,49	456.423.350,83
Transferências do FUNDEB		292.953.468,44	286.907.577,07
Transferências Voluntárias		15.563.870,07	11.538.969,39
Alienação de Bens		230.602,05	2.116.116,47
Operação de Crédito		65.162.399,51	54.924.074,52
Transferências de Programas		18.914.964,16	23.146.642,84
Valores Restituíveis		0,00	0,00
Outras Origens		89.218.532,07	70.851.250,80
Transferências Voluntárias - Emend. Ind.		7.447.854,14	6.897.258,41
Apoio Financeiro Municípios		3.144.337,55	28.271,27

Cessão Onerosa - Pré-Sal		17.564,50	13.190,06
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRA RECEBIDAS (II)		7.952.414,51	19.856.605,89
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)		1.644.256.259,00	1.412.123.674,79
SALDO EM ESPECIE DO EXERC.ANTERIOR (IV)		538.628.127,45	395.687.796,44
Caixa e Equivalente de Caixa		525.587.271,05	387.771.621,09
Caixa Realizável		13.040.856,40	7.916.175,35
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	12	4.423.333.468,14	3.859.036.250,38

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)		1.775.680.458,25	1.405.360.631,75
Ordinária		1.278.724.402,71	967.186.582,45
Vinculada		496.956.055,54	438.174.049,30
Transferências do FUNDEB		286.039.378,12	297.310.153,09
Transferências Voluntárias		16.925.885,64	11.273.074,66
Alienação de Bens		1.043.588,99	2.515.606,37
Operação de Crédito		94.060.368,56	33.484.635,54
Transferências de Programas		20.577.222,25	25.851.236,85
Valores Restituíveis		0,00	0,00
Outras Origens		74.501.447,83	64.035.540,31
Transferências Voluntárias - Emend. Ind.		3.808.164,15	3.650.930,16
Apoio Financeiro Municípios		0,00	52.872,32
Cessão Onerosa - Pré-Sal		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)		643.649.992,20	577.748.960,48
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIO (VIII)		1.570.882.077,17	1.337.298.530,70
SALDO EM ESPECIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)		433.120.940,52	538.628.127,45
Caixa e Equivalentes de Caixa		405.189.261,93	525.587.271,05
Realizável		27.931.678,59	13.040.856,40
TOTAL (x) = (VI+VII+VIII+IX)	12	4.423.333.468,14	3.859.036.250,38

V - FLUXO DE CAIXA

DESCRIÇÃO	NE	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ATUAL
FLUXO DE CAIXA LÍQU. DAS ATIVID. DAS OPERAÇÕES		2023	2022
INGRESSOS		3.586.647.538,52	3.242.450.564,67
RECEITAS DERIVADAS		1.218.999.964,60	1.085.360.416,08
Receita Tributária		1.161.647.327,30	1.033.244.998,56
Receita de Contribuições		57.352.637,30	52.115.417,52
Outras Receitas Derivadas		0,00	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS		117.861.684,28	96.145.115,69
Receita Patrimonial		90.833.183,77	71.768.178,93
Receita Agropecuária		0,00	0,00

Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		3.583.007,55	3.573.379,55
Outras Receitas Originárias		23.445.492,96	20.803.557,21
Remuneração das Disponibilidades		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS		2.249.785.889,64	2.060.945.032,90
Intergovernamentais		544.736.604,15	507.797.027,43
da União		179.193.532,78	174.911.382,00
de Estados e Distrito Federal		365.543.071,37	332.885.645,43
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		291.308.133,88	287.342.489,20
Transferências Financeiras Recebidas		7.952.414,51	19.856.605,89
Recebimentos Extraorçamentários		1.405.788.737,10	1.245.948.910,38
DESEMBOLSOS		3.549.012.179,04	3.107.734.086,81
PESSOAL E OUTRAS DESP. CORRENTES		1.039.418.271,62	760.020.241,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		32.149.933,78	23.195.733,87
TRANSFERÊNCIAS		2.469.318.350,08	2.324.518.111,05
Transferências a entidades		420.562.816,94	506.043.205,87
Transferências Financeiras Concedidas		643.649.992,20	577.748.960,48
Pagamentos Extraorçamentários		1.405.105.540,94	1.240.725.944,70
OUTROS DESEMBOLSOS		8.125.623,56	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQU. DAS ATIVID. DAS OPERAÇÕES	13	37.635.359,48	134.716.477,86

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2023	2022
INGRESSOS		50.308,00	1.793.643,55
Alienação de Bens		50.308,00	1.793.643,55
Amortização de Empréstimos e Financiamento Concedidos		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		175.278.225,18	18.792.778,96
Aquisição de Ativo Não Circulante		175.278.225,18	18.792.778,96
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVID. DE INVESTIMENTO	13	(175.227.917,18)	(16.999.135,41)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVID. DE FINANCIAMENTO		2023	2022
INGRESSOS		59.539.972,27	52.929.481,31
Operações de Créditos		59.539.972,27	52.929.481,31
DESEMBOLSOS		27.454.601,50	27.706.492,75
Amortização/Refinanciamento da Dívida		27.454.601,50	27.706.492,75
FLUXO DE CAIXA LÍQU. DAS ATIVID. DE FINANCIAMENTO	13	32.085.370,77	25.222.988,56

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		2023	2022
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	13	(105.507.186,93)	142.940.331,01
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		538.628.127,45	395.687.796,44
Caixa e Equivalente de Caixa Final		433.120.940,52	538.628.127,45

VI - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1 - Base de Elaboração das Demonstrações e das Práticas Contábeis

a) Informações Gerais

A Prefeitura do Município de Londrina é o órgão do Poder Executivo Municipal, inscrito no CNPJ sob nº 75.771.477/0001-70, e está localizado na Av. Duque de Caxias, 635 do Jardim Mazzei II – CEP. 86015.901.

b) Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Município são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, das Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e da Lei Complementar nº 101/2000. Cita-se ainda o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 9ª Edição, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao setor público (*International Public Sector Accounting Standards* – IPSAS), editadas pelo Conselho de Contabilidade, pela *International Federation Of Accountants* (IFAC), e Tribunal de Contas do Estado do Paraná, respectivamente.

O objetivo principal das DCASP é fornecer aos usuários e para a comunidade informações sobre a gestão do Patrimônio Público do Município e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira, da execução orçamentária, dos fluxos de caixa e financeiros e a outros dados que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do governo municipal.

As DCASP apresentam as particularidades abaixo elencadas, fruto das características dos procedimentos adotados pelo Município:

- I. O uso do conceito de conta única, derivado do princípio da unidade de caixa (Lei 4.320/1964), exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em conta única. Desta forma, no Balanço Financeiro os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalente de Caixa;
- II. Na Demonstração de Fluxo de Caixa são incluídos os fluxos de caixa extraorçamentários, considerando que, em observância ao princípio de unidade de caixa, estes recursos transitam na conta única;
- III. Ainda em relação à conta única, a sua utilização em função de arrecadação de receitas e dos demais usos legalmente autorizados, por entidade não integrante do OFSS, podem implicar em saldo residual nas transferências recebidas e concedidas que seja evidenciada tanto no Balanço Financeiro, quanto na Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- IV. Apresentação dos saldos utilizados para abertura de créditos adicionais no Balanço Orçamentário cuja fonte de recursos é derivada de Superávit Financeiro, ou seja, recursos que foram arrecadados em exercícios anteriores e apurados mediante a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro no Balanço Patrimonial. Tais recursos não são considerados receitas orçamentárias, pois foram arrecadadas em exercícios anteriores.

2 – Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP)

O objetivo do PIPCP, de acordo o Tesouro Nacional, é estabelecer prazos-limite com vistas à consolidação das contas públicas e validação de dados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Buscando a padronização dos procedimentos contábeis adotados na Federação, levando-se em conta os aspectos legais e o contexto de convergência às normas contábeis internacionais, permitindo a comparabilidade entre os entes, a adequada consolidação das contas públicas e a instrumentalização do controle interno, externo e social.

A Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015 e atualizações incluiu o Anexo I com os procedimentos patrimoniais a serem implementados, bem como os prazos, os quais devem ser obrigatoriamente seguidos pelos entes da Federação conforme quadro a seguir:

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo SICONFI (a partir de)
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato Implantado	Imediato	2016 (Dados de 2015)
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato Implantado	Imediato	2017 (Dados de 2016)
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015 Implantado	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2017 Implantado	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias etc.).	31/12/2017 Em implantação	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2019 Parcialmente Implantado	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2019 Não implantado	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	31/12/2019 Não implantado	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2019 Parcialmente Implantado	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2019 Parcialmente Implantado	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2020 Parcialmente Implantado	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2020 Não se aplica	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2020 Não implantado	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2021 Não implantado	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2022 Não implantado	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	Suspensão pela Portaria 10.300/2022	Suspensão pela Portaria 10.300/2022	Suspensão pela Portaria 10.300/2022
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.		
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.		
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos	A ser definido em ato normativo específico.		

20. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios sociais	31/12/2025	01/01/2026	2027 (dados de 2026)
21. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros	31/12/2026	01/01/2027	2028 (dados de 2027)
22. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Arrendamentos	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
23. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
24. NBCT SP 07 (R1) - Ativo Imobilizado Propriedade, Planta e Equipamento	31/12/2027	01/01/2028	2029 (dados de 2028)
25. NBCT SP Estrutura Conceitual (R1)	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
26. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Receita	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)
27. Despesas de Transferência	31/12/2029	01/01/2030	2031 (dados de 2030)

A implantação dos procedimentos descritos nos itens de '4, 12, 13, 3 foi finalizada até o exercício de 2019.

O item '4' referente ao "Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas", há reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa Tributária, com seus respectivos ajustes para perdas. Não há integração tempestiva entre os sistema Tributário e sistema Contábil para a Dívida Ativa Não Tributária, com registros contábeis realizados por relatórios ao final de cada exercício.

O item '11' referente ao **"Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.)"** cujo prazo da 'Obrigatoriedade dos registros contábeis' ocorreu em 31/12/2018, continua em processo de implantação e do ponto de vista de extração de dados, não houve avanço significativo quando comparado ao exercício de 2018, a seguir um breve histórico desse processo:

Os órgãos da administração, desde o início do plano de implantação dos procedimentos contábeis, tomaram ciência através dos documentos emitidos pelo serviço de contabilidade das adequações necessárias aos procedimentos vigentes, no entanto, o software em uso que controla os dados de pessoal no Município foi concebido em 1997 e atendia as necessidades vigentes à época e não se incluía entre elas os cálculos de obrigações por competência. Cogitou-se que os cálculos fossem efetuados de forma manual, porém, ao volume de dados, o procedimento se mostrou impraticável. Também foram destinados estudos e projetos de analistas de sistema para aprimorar o software vigente, mas a solução também envolve mudanças de rotinas e procedimentos mais amplos, tal como elucidado no mesmo plano de implantação.

Concomitante às exigências contábeis temos o governo federal, por meio do E-SOCIAL, que conhecidamente exige novas informações a respeito das informações de pessoal. E, por isso, a ferramenta em uso definitivamente necessitará ser substituída.

A opinião técnica da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) assim acrescenta:

"nossa posição no sentido de que uma tentativa de melhorar tal sistema é nítida perda de tempo, considerando-se mais oportuno e conveniente à Administração Municipal, no contexto atual, a aquisição de uma solução integrada de gestão de pessoas (recursos humanos) (...)."

Assim, em 2019 iniciou-se o processo de implantação do novo Software de RH. Em reunião ocorrida em 17/09/2019 no Gabinete da Secretaria Municipal de Recursos Humanos – SMRH, com a equipe técnica envolvida no processo, verificou-se a necessidade de aproveitar a implantação deste novo Software de RH para aprimorar as informações previstas no Item 'e'. Nessa reunião foram ressaltadas as dificuldades encontradas em registrar as informações pretéritas de férias dos professores, abrindo discussões quanto às

formas mais adequadas de levantar as informações para realizar as adequações legais e atender a Portaria 548/2015 STN.

Em 2020 foi locado um sistema de Recursos Humanos para suprir, dentre outras demandas, as de controle das obrigações trabalhistas por competência. A empresa iniciou a implantação e após sucessivas prorrogações e a não implantação prevista contratualmente, foi aberto processo para apuração de eventual responsabilidade e por fim, o sistema ainda não foi implantado.

Em 2022 a SMRH informou que está em andamento, junto a DGLC, o processo de contratação da empresa que será responsável pela parametrização do SIGRH, sistema de Recursos Humanos cedido pelo Estado de Santa Catarina ao Município de Londrina.

Sobre o exercício financeiro de 2023, a SMRH informou que, em referência às obrigações de férias, está estudando junto a Diretoria de Tecnologia da Informação, a possibilidade de retomar em março/2024, as tratativas de desenvolvimento do relatório de provisão de férias, haja vista as tentativas frustradas de contratação de Sistema de Gestão de Recursos Humanos.

Item '5' – “Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.”

O item '5' do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis e Patrimoniais vem sendo atendido para as provisões de Riscos Fiscais Federais e Estaduais, com base nas autuações fiscais emitidas pela Receita Federal do Brasil e Secretaria de Estado da Fazenda. A PGM disponibilizou os valores das ações cíveis e trabalhistas em que o Município figura como réu, porém, como não temos um critério confiável que possa se estabelecer os valores que tem um grau maior de culminarem em obrigações, não houve o registro.

Item '6' – “Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.”

Os passivos contingentes foram registrados com base no Demonstrativo de Riscos Fiscais da LDO, sendo dividido em Passivos Contingentes e Demais Riscos Fiscais Passivos.

Os Passivos Contingentes totalizam R\$ 46,2 milhões, que correspondem às Demandas Judiciais, Dívidas em processo de Reconhecimento, Avais e Garantias Concedidas e o risco de aporte financeiro ao RPPS – Plano de Previdência Social – CAAPSM.

Os Demais Riscos Fiscais Passivos previstos correspondem basicamente à Frustração da Arrecadação em R\$ 99,8 milhões.

Da mesma forma, quanto ao item provisões, a PGM disponibilizou os valores das ações cíveis e trabalhistas em que o Município figura como réu, porém, como não temos um critério confiável que possa se estabelecer os valores que tem um grau maior de culminarem em obrigações, não houve o registro dos ativos e passivos contingentes que o relatório possa indicar.

Item '7' – “Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)”.

Para atender o Item '7' do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos **bens móveis**, em 2023, o Município iniciou processo de Inventário, porém devido a conclusão do levantamento físico ter se estendido além do cronograma estipulado, não restou prazo para as demais etapas, como avaliação/reavaliação, determinação de vida útil e valores residuais dos bens móveis.

Ainda quanto ao Item '7' do PIPCP, o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos **bens imóveis**, não houve avanço no cumprimento do PIPCP, tendo sido reforçada a necessidade de cumprimento deste item ao departamento de gestão dos bens imóveis.

Item '10' – “Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.”

Compreendem as obrigações financeiras do Município a título de empréstimos e financiamento e estão representadas pelas operações de crédito internas – em contratos.

Os juros são apropriados mensalmente de acordo com as respectivas taxas e atualizações, necessitando do reconhecimento dos juros passivos a transcorrer e apropriação por competência.

Item “17” – “Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.”

As participações permanentes, classificadas como participações permanentes e demais investimentos, representam os investimentos realizados em empresas e consórcios públicos pelo Município.

Tais itens são mensurados e avaliados de acordo com o nível de influência que possuem, quando apresentam influência significativa, é utilizado o método da equivalência patrimonial e nos casos em que a influência não seja relevante, emprega-se o método do custo de aquisição.

Os demais investimentos representam cotas integralizadas, mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis.

Item “1” - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.

Há o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições, bem como dos respectivos encargos e multas.

Os ajustes para perdas estão sendo registrados mensalmente.

Item “2” - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.

Não se aplica à entidade.

Item “15” - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.

Os bens intangíveis estão sendo registrados conforme a incorporação decorrente da execução orçamentária, estando carente de reconhecimento, mensuração, evidenciação, amortização e baixas. Não há a determinação da vida útil e conseqüentemente não possuem registros de amortização.

Item “18” - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques

Os saldos de estoques são realizados mensalmente pela comparação do saldo existente no sistema informatizado de almoxarifado com o sistema informatizado de contabilidade. No entanto, entendemos que o item não atende perfeitamente os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação, principalmente quanto à integração entre o sistema de controle e o contábil.

Item “8” - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.

Não atendimento, justificativas idem ao item “7”.

Item “9” - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).

O item foi suspenso pela Portaria STN 10.300/2022.

3 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Município, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

a) Moeda Funcional

A moeda funcional é o Real. Entretanto, quanto aos saldos em moeda estrangeira, o Município não possui nenhum direito ou obrigação em outras moedas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem a conta única e demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Depósitos Restituíveis

Em atendimento ao princípio da unidade de caixa ou unidade de tesouraria, conforme determina o art. 56 da Lei nº 4.320, de 1964, a seguir transcrito:

“Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.”

Observa-se que o princípio de unidade de caixa estabelece que todos os ingressos e dispêndios do Município sejam controlados em único grupo que representará o Caixa da Entidade. No modelo PCASP, isto ocorre mediante o uso do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, no Ativo Circulante.

Neste sentido, os depósitos restituíveis que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias, visto que em momento posterior os valores serão devolvidos aos respectivos depositantes, estão contabilizados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

d) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis, inclusive a constituição de ajuste para perdas.

e) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do Município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

f) Estoques

Compreendem ao almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há também a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas, ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

g) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas específicas nas respectivas operações.

Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

h) Ajustes para Perdas dos Créditos Tributários

O ajuste para perdas de créditos tributários é calculado a partir do saldo devedor e do histórico de recebimentos.

i) Ajuste para Perdas da Dívida Ativa

O ajuste para perdas de dívida ativa é calculado a partir do saldo devedor e do histórico de recebimentos.

j) Investimentos

As participações permanentes, classificadas como participações permanentes e demais investimentos, representam os investimentos realizados em empresas e consórcios públicos pelo Município.

Tais itens são mensurados e avaliados de acordo com o nível de influência que possuem, quando apresentam influência significativa, é utilizado o método da equivalência patrimonial e em casos que a influência não seja relevante, emprega-se o método do custo de aquisição.

Os demais investimentos representam cotas integralizadas, mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis.

k) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e a reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

l) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição.

m) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.

Os procedimentos para registro da reavaliação, da redução a valor recuperável, da depreciação, da amortização e da exaustão na Administração Pública Direta têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBCASP, e o MCASP.

n) Passivo circulante e não circulante

As obrigações do Município obedecendo ao regime de competência são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

o) Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras do Município a título de empréstimos e financiamento e estão representadas pelas operações de crédito internas – em contratos. Os juros são apropriados mensalmente de acordo com as respectivas taxas e atualizações.

p) Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; provisões matemáticas e outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

O registro contábil das provisões referentes às ações judiciais nas quais o Município figura no polo passivo depende da implantação de um software jurídico contratado pelo município com o qual, acredita-se viabilizar o desenvolvimento de estratégias que possibilite as melhorias de tais controles.

q) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas DCASP, sendo registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas, quando relevantes. No Município os mecanismos de controle ainda não estão totalmente aprimorados de forma que permita a completa contabilização dos ativos e passivos contingentes.

r) Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

s.1) Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial é obtida mediante o confronto entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o Município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a Entidade, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

s.2) Resultado Orçamentário

O regime orçamentário do Município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

s.3) Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorrerem durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Município.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do Município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalente a caixa.

t) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) representa os recursos já entregues pelos sócios proprietários para o aumento do capital social de empresas, porém ainda pendente de integralização.

No modelo PCASP não há uma norma específica que descreva o tratamento para a figura do AFAC. De modo subsidiário, no modelo das IPSAS, a norma de número 28 (Financial Instruments: Presentation – Instrumentos Financeiros: Apresentação), descreve que o AFAC, somente será registrado como um instrumento patrimonial se:

1. O instrumento não possuir obrigação contratual de entregar caixa ou ativo financeiro a outra entidade ou trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente desfavoráveis ao emissor;
2. O instrumento será ou poderá ser liquidado por instrumentos patrimoniais do próprio emitente e é um não derivativo que não inclui obrigação contratual de entrega de um número variável de seus próprios instrumentos patrimoniais ou é um derivativo que será liquidado somente pelo emitente por meio de troca de um montante fixo de caixa ou outro ativo financeiro, por número fixo de seus próprios instrumentos patrimoniais.
3. Caso o AFAC não se adeque às condições anteriormente descritas deverá ser registrado e evidenciado como sendo um instrumento financeiro (passivo).

Desta maneira, nas empresas onde o Município é sócio o AFAC é registrado no patrimônio líquido a título de “adiantamento para futuro aumento de capital” e na mesma linha de raciocínio, no Município o ativo é registrado no grupo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, no Ativo Não Circulante.

u) Diretrizes gerais de remuneração das Empresas Estatais Municipais

Trata-se de normas e diretrizes gerais observadas quando da distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas das sociedades de economia mista e demais empresas controladas pelo Município.

Os acionistas têm direito a receber como dividendos obrigatórios, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto social da empresa ou, quando este é omissivo, metade do lucro líquido ajustado, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404, de 16 de dezembro de 1976.

4 – Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis

A Conformidade Contábil das demonstrações contábeis visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados, além de permitir a sinalização de situações que possam causar distorções nos valores evidenciados.

Houve a permanência de restrições contábeis ao final do exercício de 2023, das quais as justificativas baseiam-se nas respostas dos gestores dos órgãos onde a informação contábil é originada, com finalidade de esclarecer os motivos da permanência das restrições apontadas.

Foram detectadas as seguintes restrições contábeis:

- **Imobilizado** – os valores constantes nesse subgrupo contábil não atendem aos procedimentos contábeis patrimoniais, não tendo ocorrido o inventário, levantamento dos valores e, portanto, sem a aplicação da depreciação, amortização e exaustão dos bens móveis e imóveis.
 - Os **bens móveis**, o Município, por meio do Decreto 566/2022 estabeleceu as diretrizes para realização de levantamentos de bens nos órgãos da administração direta, por meio de comissões, porém não houve a conclusão dessa etapa, o que impossibilitou a sequência de avaliação e aplicação da depreciação.

- Os **bens imóveis**, não houve avanço no cumprimento do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, tendo sido reforçado ao setor responsável a necessidade de cumprimento deste item ao departamento de gestão dos bens imóveis.
- Os **bens intangíveis** estão sendo registrados conforme a incorporação decorrente da execução orçamentária, estando carente de reconhecimento, mensuração, evidênciação, amortização e baixas. Não há a determinação da vida útil e consequentemente não possuem registros de amortização.
- **Estoques** - os valores constantes nesse subgrupo contábil são resultantes de lançamentos de conciliação entre os sistemas contábil e de almoxarifado por não existir integração automatizada. Em 2023 houve a alteração do sistema de almoxarifado do sistema próprio para sistema informatizado contrato, ao final do exercício de 2023. O relatório de estoque apresentou inconsistências que impossibilitaram a classificação detalhada do estoque, desta forma, os registros contábeis foram concentrados na conta 'Outros Estoques – Consolidação'. Outro ponto que restringe a confiabilidade e fidelidade das informações é a ausência de inventário periódico.
- **Créditos não tributários e Dívida Ativa não tributária** - não há integração tempestiva entre o sistema Tributário e sistema Contábil para os Créditos não Tributários e para a Dívida Ativa Não Tributária, com registros contábeis realizados por relatórios ao final de cada exercício.
- **Obrigações trabalhistas por competência** – não há integração entre os sistemas de recursos humanos e o sistema de contabilidade. Os valores a pagar relativos às obrigações com Licença-Prêmio e Férias não foram contempladas nos registros contábeis. A Secretaria Municipal de Recursos Humanos informou que pretende reiniciar as tratativas para melhoria no sistema informatizado próprio de RH.

I – BALANÇO PATRIMONIAL – Anexo 14

5 – Balanço Patrimonial – Contas do Ativo

5.1 Caixa e Equivalente a Caixa

O subgrupo “Caixa e Equivalente de Caixa” contempla os valores em caixa e em bancos para os quais não haja restrição de uso imediato, estando 100% segmentado em “Moeda Nacional”.

Tabela 1 - Caixa e Equivalente a Caixa

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	405.189.261,93	100,0	525.587.271,05	100,0	-22,9
Caixa	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Conta Única	-14.797.874,68	-3,7	37.372.716,26	7,1	-139,6
Aplicações Financeiras:	419.987.136,61	103,7	488.214.554,79	92,9	-14,0
Poupanças	7.413.424,04	1,8	6.411.504,62	1,2	15,6
Fundo de Aplicações Financeiras	412.573.712,57	101,8	481.803.050,17	91,7	-14,4

A seguir é demonstrada a composição da conciliação bancária:

Tabela 2 – Composição da Conciliação Bancária

COMPOSIÇÃO DA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	2023	AV%	2022	AV%	AH%
Saldo dos extratos financeiros no final do exercício	423.076.005,57	104,04	510.662.271,95	97,2	-17,2
(+) Entrada contabilizada e não consideradas nos extratos	70.704.746,64	17,39	38.071.236,56	7,2	85,7
(-) Saídas contabilizadas e não consideradas nos extratos	-87.143.338,66	-21,43	-23.138.376,74	-4,4	276,6
Saldo dos extratos financeiros ajustados pela conciliação bancária	406.637.413,55	100,00	525.595.131,77	100,0	-22,6
Saldo contábil "CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA"	405.189.261,93	99,64	525.587.271,05	100,0	-22,9
(+) Entradas não consideradas pela contabilidade	4.002.459,59	0,98	74.484,48	0,0	5273,5
(-) Saídas não consideradas pela contabilidade	-2.554.307,97	-0,63	-66.623,76	0,0	3733,9

Saldo contábil "CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA" ajustado p/conciliação bancária	406.637.413,55	100,00	525.595.131,77	100,0	-22,6
--	----------------	--------	----------------	-------	-------

Desta forma, o saldo contábil ajustado pela conciliação bancária para o Grupo de Contas Caixa e Equivalentes de Caixa é de **R\$ 406,6 milhões**.

5.2 - Créditos a Receber

Os créditos a receber estão divididos em dois grupos: (I) a curto prazo e (II) a longo prazo. Na tabela a seguir é apresentada a composição em 31/12/2023 e 31/12/2022.

Tabela 3 – Créditos Tributários a Receber a Curto Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO (I)	1.862.863.651,15	100,0	1.786.886.132,30	100,0	4,3
CRÉDITOS TRIBUTÁRIO A RECEBER	132.982.852,65	7,1	116.167.456,87	6,5	14,5
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	57.496.150,95	3,1	41.402.145,21	2,3	38,9
Imposto Transmissão Bens Imóveis - ITBI	3.055.969,55	0,2	3.687.890,80	0,2	-17,1
Impostos Sobre Serviços - ISS	70.317.771,94	3,8	70.419.537,35	3,9	-0,1
T a x a s	2.096.345,68	0,1	657.883,51	0,0	218,6
Contribuição de Melhoria	16.614,53	0,0	0,00	0,0	0,0
Contribuição p/Custeio do Serv. Ilumin.Pública	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	23.747.425,23	1,3	18.879.404,53	1,1	25,8
Crédito de Transf.a Receber - Inter OFSS - União	10.935.962,74	0,6	6.780.812,44	0,4	61,3
Cota-Parte Fundo de Particip.dos Municípios - Restos a Receber	4.429.875,35	0,2	3.838.166,40	0,2	15,4
Cota-Parte do IPI Sobre Exportação - Restos a Receber	123.460,97	0,0	123.889,55	0,0	-0,3
Transferências de Recursos do Fundeb - Restos a Receber	6.382.626,42	0,3	2.818.756,49	0,2	126,4
(-) Dedução para Formação do Fundeb - Restos a Receber	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Crédito de Transf. a Receber - Inter OFSS - Estado	12.811.462,49	0,7	12.098.592,09	0,7	5,9
Cota-Parte do ICMS - Restos a Receber - Restos a Receber	1.493.767,22	0,1	2.136.472,58	0,1	-30,1
Cota-Parte do IPVA - Restos a Receber	11.317.695,27	0,6	8.527.856,52	0,5	32,7
Transferências de Recursos do Fundeb - Restos a Receber	0,00	0,0	1.434.262,99	0,1	-100,0
(-) Dedução para Formação do Fundeb - Restos a Receber	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	1.228.838.955,37	66,0	1.174.544.853,00	65,7	104,6
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	510.356.267,20	27,4	509.111.078,14	28,5	0,2
Imposto Transmissão Bens Imóveis - ITBI	3.978.238,28	0,2	4.009.241,62	0,2	-0,8
Impostos Sobre Serviços - ISS	626.724.993,97	33,6	574.143.557,86	32,1	9,2
Contribuição de Melhoria	3.173.570,82	0,2	3.877.210,66	0,2	-18,1
T a x a s	80.596.821,31	4,3	79.392.345,87	4,4	1,5
Outros Créditos da Dívida Ativa Tributária	3.941.923,83	0,2	3.941.923,83	0,2	0,0
Outros Créditos da Dívida Ativa Tributária-COSIP	67.139,96	0,0	69.495,02	0,0	-3,4
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	477.294.417,90	25,6	477.294.417,90	26,7	0,0
Impugnações e Imposições	151.778.013,24	8,1	151.778.013,24	8,5	0,0
Outras Dívida Ativa de Demais Cred. Não Tribut. a C. Prazo	325.516.404,66	17,5	325.516.404,66	18,2	0,0
(-) PREVISÃO DE PERDAS DE CRÉDITOS (II)	-1.821.469.390,86	-97,8	-1.748.290.599,30	-97,8	4,2
(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo (II)	-1.821.469.390,86	-97,8	-1.748.290.599,30	-97,8	4,2
TOTAL LÍQUIDO DOS CRÉDITOS (i) - (II)	41.394.260,29	2,2	38.595.533,00	2,2	7,3

5.2.1 - Créditos Tributários a Receber a Curto Prazo

Os créditos tributários a receber referem-se a Tributos lançados contra contribuintes e pendentes de quitação.

5.2.2 - Créditos de Transferências a Receber

Os Créditos de Transferências a Receber compreendem o registro patrimonial, considerando o regime de competência, dos valores que o Município tem a receber da União e do Governo do Estado do Paraná, relativos às transferências constitucionais.

5.2.2.1 - Dívida Ativa Tributária

A Dívida Ativa Tributária abrange os créditos a favor do Município, cuja certeza e liquidez foram apuradas, inscritos por não terem sido quitados e não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade. A Lei nº 4.320/1964, em seu art. 39, § 2º, define como Dívida Ativa Tributária o crédito da Fazenda Pública proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas.

Os créditos provenientes das demais origens são considerados Dívida Ativa Não Tributária.

A Secretaria Municipal de Fazenda responde por praticamente 100% do saldo existente na Dívida Ativa Tributária. A gestão Dívida Ativa está a cargo da Procuradoria-Geral do Município de forma integrada.

A composição demonstrada a acima da Dívida Ativa Tributária é composta de impostos, taxas, contribuições e outros créditos da Dívida Ativa Tributária.

5.2.2.2 - Dívida Ativa Não Tributária

Os créditos provenientes das demais origens, demonstrados nesta tabela, são considerados Dívida Ativa Não Tributária, que corresponde Contribuições de Iluminação Pública, Impugnações e Imposições e outros Créditos a Receber.

Não há integração tempestiva entre o sistema Tributário e sistema Contábil para os Créditos não Tributários e para a Dívida Ativa Não Tributária, com registros contábeis realizados por saldos finais obtidos por relatórios do Sistema Tributário Municipal. Para o exercício de 2023 esses registros não foram realizados. A falta de registro foi identificada apenas em Janeiro de 2024 e por isso houve registro em contas de Ajustes de Exercícios Anteriores obedecendo as NBC's.

Informações constantes no Balanço Patrimonial de 2023

CONTAS CONTÁBEIS	2023	2022
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	477.294.417,90	477.294.417,90
Impugnações e Imposições	151.778.013,24	151.778.013,24
Outras Dívida Ativa de Demais Cred. Não Tribut. a C. Prazo	325.516.404,66	325.516.404,66

Informações considerando os lançamentos em 2024 nas contas de Ajustes de Saldos Anteriores

CONTAS CONTÁBEIS	2023	2022
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	444.120.348,41	477.294.417,90
Impugnações e Imposições	170.313.618,64	151.778.013,24
Outras Dívida Ativa de Demais Cred. Não Tribut. a C. Prazo	273.806.729,77	325.516.404,66

5.2.2.3 (-) Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo

Tabela 4 – Detalhamento dos Ajustes de Perdas de Crédito a curto prazo

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-1.821.469.390,86	100,0	-1.748.290.599,30	100,0	4,2
1. Ajuste de Perdas de Créditos de Liquidações Duvidosas	-2.316.674,21	0,1	-2.109.226,59	0,1	9,8
2. Ajustes de Perdas de Créditos Tributários	-15.663.717,72	0,9	-14.022.561,48	0,8	11,7
3. Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária	-1.218.915.451,24	66,9	-1.165.015.204,31	66,6	4,6
4. Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Não Tributária	-476.650.489,91	26,2	-468.884.567,43	26,8	1,7

5. Ajuste de Outras Perdas de Crédito	-107.923.057,78	5,9	-98.259.039,49	5,6	9,8
---------------------------------------	-----------------	-----	----------------	-----	-----

O cálculo do ajuste para perdas dos créditos foi realizado pela Diretoria de Arrecadação da Secretaria Municipal de Fazenda e foi obtido com base no Histórico de Recebimentos Passados, conforme as informações dispostas no resumo da tabela a seguir.

Ajuste de Perda de Crédito para 2023

Para realizar o “Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária” foi adotado a “Metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados”, cuja apuração se deu pela Média Histórica de Três Exercícios Financeiros (2020, 2021 e 2022), identificados pela Média Mensal dos Recebimentos dos respectivos exercícios (total recebido no exercício dividido por doze) e dividido pela Média Anual dos Saldos Mensais da Dívida Ativa (soma dos saldos mensais da dívida ativa dividido por doze), concluindo-se pela adoção dos seguintes índices:

1.1.2.9.1.04.00.00.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	99,167%
1.1.2.9.1.04.01.05.00.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – IPTU	98,513%
1.1.2.9.1.04.01.06.00.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – ITBI	98,858%
1.1.2.9.1.04.01.07.00.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – ISS	99,817%
1.1.2.9.1.04.02.00.00.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – TAXAS	98,653%
1.1.2.9.1.04.03.00.00.00.00.00.00	- AJUSTE PERDAS D.A.TRIB.-CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	99,171%

Para realizar o “**Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Não Tributária**” foi adotado o critério da Média do Exercício Anterior, cuja apuração se deu pela divisão percentual do Saldo do Respetivo Crédito Tributário pela Soma do Saldo Inicial e do respectivo Débito, concluindo-se pela adoção do seguinte índice:

(-) AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	99,865%
--	----------------

Para realizar o “**Ajuste de Perdas de Créditos Tributários**” foi adotado o critério da Média do Exercício Anterior, cuja apuração se deu pela divisão percentual do Saldo do Respetivo Crédito Tributário pela Soma do Saldo Inicial e do respectivo Débito, concluindo-se pela adoção dos seguintes índices:

1.1.2.9.1.01.00.00.00.00.00.00	- (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	9,584%
1.1.2.9.1.01.01.xx.00.00.00.00.00	- (-) IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	0,000%
1.1.2.9.1.01.01.05.00.00.00.00.00	- (-) IPTU	7,616%
1.1.2.9.1.01.01.06.00.00.00.00.00	- (-) ITBI	3,081%
1.1.2.9.1.01.01.07.00.00.00.00.00	- (-) ISS	15,884%
1.1.2.9.1.01.02.00.00.00.00.00.00	- (-) TAXAS	1,058%
1.1.2.9.1.01.02.XX.01.00.00.00.00	- (-) TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	1,841%
1.1.2.9.1.01.02.XX.01.00.00.00.00	- (-) TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,812%
1.1.2.9.1.01.XX00.00.00.00.00.00	- (-) CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,000%

Para realizar o “**Ajuste de Perdas de Créditos Não Tributários**” foi adotado o critério da Média do Exercício Anterior, cuja apuração se deu pela divisão do Saldo do Crédito Tributário pelo respectivo Débito, concluindo-se pela adoção do seguinte índice:

(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS NÃO
TRIBUTÁRIOS 77,966%

5.3 - Demais Créditos e Valores

Os Demais Créditos e Valores estão segregados em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) longo prazo, na tabela - a seguir é apresentada a composição.

Tabela 5 – Demais Créditos e Valores de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2023			EXERCÍCIO DE 2022		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO E LONGO PRAZO	188.719.259,16	1.162.288,94	189.881.548,10	172.987.188,95	1.166.150,56	174.153.339,51
Adiantamentos Concedidos	1.750,00	0,00	1.750,00	0,00	0,00	0,00
Tributos a Recuperar / Compensar - Inter OFSS - União	3.558.413,88	0,00	3.558.413,88	3.558.413,88	0,00	3.558.413,88
Créditos por Danos ao Patrimônio	17.062.726,42	0,00	17.062.726,42	17.479.339,20	0,00	17.479.339,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	26.829.562,32	0,00	26.829.562,32	11.518.265,73	0,00	11.518.265,73
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto e Longo Prazo	141.395.100,87	1.162.288,94	142.557.389,81	141.395.100,87	1.166.150,56	142.561.251,43
(-) Ajuste de perdas de demais créditos e valores a curto prazo	-128.294,33	0,00	-128.294,33	-963.930,73	0,00	-963.930,73

O subgrupo “Demais Créditos e Valores a Curto e Longo Prazo” apresentou um aumento de 9,03% em comparação ao final do exercício anterior.

5.3.1 – Tributos a Recuperar/ Compensar

Contribuição ao INSS (RGPS) a compensar no valor de R\$ 3.558.413,88, que corresponde ao direito reconhecido referente à contribuição previdenciária (cota patronal) incidente sobre os subsídios de cargos eletivos municipais (Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores), presente nos autos nº 2005.70.01.007123-4. Encontra-se em análise a forma de compensação a ser realizada após o deferimento do pedido de habilitação do crédito perante a Secretaria da Receita Federal.

5.3.2 – Créditos por Danos ao Patrimônio

Valores apurados em Tomada de Contas Especial decorrentes de reprovação na prestação de contas de convênios e subvenções, os Ajustes de perdas de demais créditos e valores a curto prazo, no valor de R\$ 128.294,33 referem-se a esta conta.

5.3.3 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

5.3.3.1 – Depósitos Judiciais de R\$ 9.063,84 que correspondem a pagamentos de saques em contas bancárias determinados pelo Tribunal de Justiça do Paraná em garantia de pagamento de processos em andamento;

5.3.3.2 – Depósitos Restituíveis Vinculados em Conta Especial de Precatório – Controlados pelo Tribunal de Justiça apresenta um saldo de R\$ 26,8 milhões, cujos valores são efetuados mensalmente para pagamentos dos Precatório em Regime Especial.

5.3.3.3 – Outros Créditos a Receber a Curto Prazo

Dentre os Outros Créditos a Receber do Município, o maior volume concentra-se na conta de Créditos a Receber Decorrentes de Honorários Advocatícios, finalizando o exercício de 2023 com o saldo de R\$ 89,2 milhões e na conta de Créditos a Receber Decorrentes de Autos de Infração, que finalizou o exercício de 2023 com saldo de R\$ 38,1 milhões.

Algumas contas dos Outros Créditos a Receber e Valores de Curto e Longo Prazo são movimentadas pelo Sistema Tributário Municipal, que para esses tipos de crédito não possuem integração tempestiva. Da mesma forma que os “Créditos da Dívida Ativa não Tributária” houve falta de registro em 2023 e falta foi identificada apenas em Janeiro de 2024 e por isso houve registro em contas de Ajustes de Exercícios Anteriores obedecendo as NBC's. Desta forma destacamos abaixo os saldos retificados dessas contas:

Outros Créditos a Receber e Valores a Curto e Longo Prazo	151.917.507,17	1.162.288,94	153.079.796,11	141.395.100,87	1.166.150,56	142.561.251,43
---	----------------	--------------	----------------	----------------	--------------	----------------

5.4 - Estoques

Os estoques classificados em almoxarifado se destinam ao consumo próprio nas atividades desenvolvidas pelo Município e estão distribuídos conforme tabela apresentada a seguir:

Tabela 6 – Estoque em Almoxarifado

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
ALMOXARIFADO - Estoque	10.673.520,93	100,0	13.405.082,90	100,0	-20,4
Material de Consumo	0,00	0,0	2.193.154,94	16,4	-100,0
Gêneros Alimentícios - Outros Gêneros Alimentícios	0,00	0,0	30.448,23	0,2	-100,0
Materiais de Construção	0,00	0,0	6.814.009,87	50,8	-100,0
Diesel - Combustível	185.758,22	1,7	185.758,22	1,4	0,0
Lubrificantes	33.183,31	0,3	45.218,85	0,3	-26,6
Autopeças	0,00	0,0	282.879,88	2,1	-100,0
Materiais de Expediente	0,00	0,0	3.853.612,91	28,7	-100,0
Outros Estoques	10.454.579,40	97,9	0,00	0,0	0,0

O estoque total, em 2023, teve uma redução de 20,4% quando comparado com o exercício de 2022.

Os valores constantes nesse subgrupo contábil são resultantes de lançamentos de conciliação entre os sistemas contábil e de almoxarifado por não existir integração automatizada e tempestiva. Em 2023 houve a alteração do sistema de almoxarifado do sistema próprio para um sistema informatizado contratado. O relatório de estoque emitido pelo sistema contratado apresentou inconsistências que impossibilitaram a classificação detalhada do estoque, desta forma, os registros contábeis foram concentrados na conta 'Outros Estoques – Consolidação'. Outro ponto que restringe a confiabilidade e fidelidade das informações é a ausência de inventário periódico.

5.5 - Investimentos

Os investimentos do Município são reunidos em participações permanentes, propriedade para investimentos, demais investimentos permanentes e consórcios públicos ajustados dentro da participação proporcional de equivalência patrimonial e/ou, pela atualização do mercado, distribuídos nas seguintes participações:

Tabela 7 – Investimentos

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
INVESTIMENTOS	172.101.421,88	100,0	150.666.445,96	100,0	14,2
Participações Avaliadas Pelo Método de Equivalência Patrimonial	172.074.807,56	100,0	150.626.075,16	100,0	14,2
Participações em Empresas	131.514.912,49	76,4	127.774.949,99	84,8	2,9
Companhia de Habitação de Londrina - Cohab-Ld	122.426.609,34	71,1	120.858.025,72	80,2	1,3
Condomínio Terminal Rodoviário de Londrina - TRL	108.726,09	0,1	103.097,11	0,1	5,5
Londrina Iluminação S/A.	8.979.577,06	5,2	6.813.827,16	4,5	31,8
Participações em Consórcios Públicos	6.795.120,29	3,9	1.565.955,97	1,0	333,9
Consórcio Interm. Seg. Públ. e Cidade e Região-Cismel	6.795.120,29	3,9	1.294.455,97	0,9	424,9
Consórcio Interm.p/Des.Reg.Bacia Cafezal-Cidrebac	0,00	0,0	271.500,00	0,2	-100,0
Adiantamento para Aumento de Capital	33.764.774,78	19,6	21.285.169,20	14,1	58,6
Adiantamento para Aumento de Capital de Empresas	33.764.774,78	19,6	21.285.169,20	14,1	58,6

Participações Avaliadas Pelo Método de Custos	26.614,32	0,0	40.370,80	0,0	-34,1
Participações em Empresas	26.614,32	0,0	40.370,80	0,0	-34,1
Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA	14.879,60	0,0	14.879,60	0,0	0,0
Petróleo Brasileiro S/A. - Petrobras	7.102,72	0,0	5.017,76	0,0	41,6
Central de Abastecimento do Paraná S/A - Ceasa-PR	4.632,00	0,0	20.473,44	0,0	-77,4

As participações societárias do Município englobam aquelas realizadas em empresas estatais. As participações em empresas sobre as quais o Município tem influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, já as demais são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição.

O Município participa como consorciado, de entidades de consórcios públicos que prestam serviços a diversos municípios de abrangência regional, das quais as despesas são de rateio com municípios integrante de cada consórcio, em serviço de segurança pública e de conservação de estradas rurais.

A participação nas empresas estatais independentes, Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU e Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S/A. apresentam valores zerados na conta de investimento, tendo em vista que o patrimônio líquido das empresas é deficitário e consequentemente passou a serem representados em contas de Atos Potenciais Passivos, sendo demonstradas na Tabela 23 – Participações em empresas com Patrimônio Líquido Negativo.

5.6 – Imobilizado

O imobilizado do Município está segregado em dois grupos (I) bens móveis; e (II) bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a sua composição.

Tabela 8 – Imobilizado

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
IMOBILIZADO	2.840.163.266,49	100,0	2.629.668.377,87	100,0	8,0
Bens Móveis	180.844.636,51	6,4	152.744.001,25	5,8	18,4
Bens Móveis	182.380.813,04	6,4	154.280.177,78	5,9	18,2
(-) Depreciação de Bens Móveis	-1.536.176,53	-0,1	-1.536.176,53	-0,1	0,0
Bens Imóveis	2.659.318.629,98	93,6	2.476.924.376,62	94,2	7,4
Bens Imóveis	2.659.318.629,98	93,6	2.476.924.376,62	94,2	7,4
(-) Depreciação de Bens Imóveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0

5.6.1 Bens Móveis

Em 31/12/2023, o valor líquido contábil dos bens móveis do Município foi de R\$ 180,8 milhões, conforme detalhamento apresentado abaixo.

Tabela 9 – Bens Móveis

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
BENS MÓVEIS	180.844.636,51	100,0	152.744.001,25	100,0	18,4
MÓVEIS	182.380.813,04	100,8	154.280.177,78	101,0	18,2
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	57.168.623,21	31,6	47.710.938,76	31,2	19,8
Bens de Informática	29.581.096,85	16,4	28.841.370,94	18,9	2,6
Móveis e Utensílios	25.951.179,80	14,3	22.796.253,20	14,9	13,8
Materiais Culturais, Educação e de Comunicação	7.822.821,64	4,3	5.699.173,24	3,7	37,3
Veículos	57.462.595,14	31,8	45.609.755,57	29,9	26,0
Armamentos	1.386.149,95	0,8	1.426.721,95	0,9	-2,8
Demais Bens Móveis	3.008.346,45	1,7	2.195.964,12	1,4	37,0
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUS. E AMORTIZ. ACUMULADA	-1.536.176,53	-0,8	-1.536.176,53	-1,0	0,0

(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	-1.536.176,53	-0,8	-1.536.176,53	-1,0	0,0
---	---------------	------	---------------	------	-----

5.6.2 Bens Imóveis

Os bens imóveis correspondem a 94,2% do subgrupo de contas do Imobilizado e estão segregados de acordo com as tabelas abaixo:

Tabela 10 – Bens Imóveis

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
BENS IMÓVEIS	2.659.318.629,98	100,0	2.476.924.376,62	100,0	7,4
Bens de Uso Especial	1.064.084.114,13	40,0	940.792.653,67	38,0	13,1
Bens Dominicais	104.639.507,61	3,9	94.658.794,83	3,8	10,5
Bens de Uso Comum do Povo	1.344.500.753,23	50,6	1.374.186.127,30	55,5	-2,2
Bens Imóveis em Andamento	113.833.801,44	4,3	49.607.743,90	2,0	129,5
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	10.568.716,15	0,4	10.900.096,91	0,4	-3,0
Demais Bens Imóveis	21.691.737,42	0,8	6.778.960,01	0,3	220,0
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUS. E AMORTIZ. ACUMULADA	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0

5.6.2.1 - Bens de Uso Especial

Os Bens Imóveis de Uso Especial correspondem a 38% dos bens imóveis e são aqueles afetados às finalidades das atividades públicas municipais, conforme detalhamento apresentado nas tabelas abaixo.

Tabela 11 - Bens de Uso Especial

DESCRIÇÃO DA CONTA	2023	AV%	2022	AV%	AH%
BENS DE USO ESPECIAL	1.064.084.114,13	100,0	940.792.653,67	100,0	13,1
Terrenos e Glebas	662.555.233,13	62,3	683.568.797,60	72,7	-3,1
Imóveis de Uso Educacional	149.004.605,36	14,0	134.959.855,19	14,3	10,4
Outros Bens de Uso Especial	121.030.991,23	11,4	139.565,15	0,0	86620,1
Edifícios	53.555.624,10	5,0	55.643.733,92	5,9	-3,8
Imóveis de Uso Recreativos	40.251.168,40	3,8	29.287.679,89	3,1	37,4
Aeroportos, Estações e Aeródromos	15.626.785,90	1,5	15.626.785,90	1,7	0,0
Hospitais e Unidades de Saúde	9.502.407,03	0,9	9.502.407,03	1,0	0,0
Aquartelamentos (Bombeiros)	6.564.757,04	0,6	6.319.759,87	0,7	3,9
Cemitérios	2.645.020,00	0,2	2.645.020,00	0,3	0,0
Museus/Palácios	2.135.234,48	0,2	2.135.234,48	0,2	0,0
Armazéns/Galpões	717.028,83	0,1	717.028,83	0,1	0,0
Imóveis Residenciais	265.165,06	0,0	16.692,24	0,0	1488,6
Imóveis Comerciais	230.093,57	0,0	230.093,57	0,0	0,0
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUS. E AMORTIZ. ACUMULADA	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0

Houve alteração de classificação dos bens da Rede de Iluminação Pública e Galerias Pluviais passando de Bens de Domínio Público para Bens de Uso Especial.

5.6.2.2 - Bens Dominicais

Os bens dominicais são aqueles que, apesar de constituírem o patrimônio público, não possuem uma destinação pública determinada ou um fim administrativo específico.

Tabela 12 - Bens Dominicais

DESCRIÇÃO DA CONTA	2023	AV%	2022	AV%	AH%
BENS DOMINICIS	104.639.507,61	100,0	94.658.794,83	100,0	10,5
Edifícios	49.325,01	0,0	4.159.619,99	4,4	-98,8
Armazéns	0,00	0,0	76.403.162,23	80,7	-100,0
Terrenos	9.869.313,67	9,4	0,00	0,0	0,0
Lotes	87.498.717,40	83,6	7.062.361,08	7,5	1138,9
Glebas Urbanas	188.500,00	0,2	0,00	0,0	0,0
Glebas Urbanizadas	481.441,06	0,5	481.441,06	0,5	0,0
Outros Bens Dominicais	6.552.210,47	6,3	6.552.210,47	6,9	0,0
Edificações FNHIS - Habitação de Interesse Social	4.047.132,96	3,9	4.047.132,96	4,3	0,0
Terrenos FNHIS - Habitação de Interesse Social	2.505.077,51	2,4	2.505.077,51	2,6	0,0
(-) DEPRECIACÃO, EXAUS. E AMORTIZ. ACUMULADA	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0

Os Bens Imóveis Dominicais correspondem a 3,9% dos Bens Imóveis e são aqueles que, apesar de constituírem o patrimônio de domínio público, não possuem uma destinação específica, como os bens de uso especial e não estão afetados ao uso comum do povo.

O Município participa do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), de interesse social, do Governo Federal, que visa ações de integração dos assentamentos precários ao tecido urbano, através de programas de regularização fundiária – urbanística e jurídica – e do desenvolvimento de projetos sociais de geração de trabalho, renda e capacitação profissional nestas áreas; a articulação da política habitacional às demais políticas sociais, ambientais e econômicas; a integração da política habitacional à política de desenvolvimento urbano e ao Plano Diretor; e o apoio à implantação dos instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade atendendo ao princípio constitucional da função social da cidade e da propriedade.

5.6.2.3 - Bens Uso Comum do Povo

Bens de uso comum do povo: são bens públicos, destinados ao uso da população. Ex.: ruas, praças, pontes, viadutos, áreas de lazer, etc. As regras para o uso desses bens serão determinadas em legislação de cada um dos entes proprietários.

Tabela 13 - Bens de Uso Comum do Povo

DESCRIÇÃO DA CONTA	2023	AV%	2022	AV%	AH%
BENS DE USO COMUM DO POVO	1.344.500.753,23	100,0	1.374.186.127,30	100,0	-2,2
Ruas	565.712.551,14	42,1	532.893.330,94	38,8	6,2
Praças	719.225.474,59	53,5	714.198.344,84	52,0	0,7
Estradas	8.410.152,13	0,6	0,00	0,0	0,0
Pontes	7.198.187,26	0,5	33.668.996,28	2,5	-78,6
Viadutos	18.396.322,03	1,4	0,00	0,0	0,0
Outros Bens de Uso Comum do Povo	25.558.066,08	1,9	93.425.455,24	6,8	-72,6
(-) DEPRECIACÃO, EXAUS. E AMORTIZ. ACUMULADA	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0

Quanto aos Bens de Uso Comum do Povo correspondem a 50,6% dos Bens Imóveis, sendo quase sua totalidade composta de Ruas, Logradouros e Estradas, Pontes e Viadutos, Praças, Parques e Bosques.

Houve alteração de classificação dos bens da Rede de Iluminação Pública e Galerias Pluviais passando de Bens de Domínio Público para Bens de Uso Especial.

5.6.2.4 – Outros Bens Imóveis Quanto a Característica de Utilização ou Destinação

Referem-se a bens imóveis que se encontram em processo de construção, ou seja, obras em andamento, antes da apuração de seus custos. Nesse conjunto de bens também existem benfeitorias executadas em bens de propriedade de terceiros, de imóveis pertencentes ao Governo do Estado do Paraná, assim como da Companhia de Habitação de Londrina – Cohab-Ld, como escolas, centros de convivência, áreas de lazer, edifícios públicos e outros, que foram cedidos ou dado em permissão de uso para o Município para o atendimento de suas atividades junto à comunidade.

Tabela 14 – Outros Bens Imóveis Quanto a Utilização

DESCRIÇÃO DA CONTA	2023	AV%	2022	AV%	AH%
OUTROS BENS IMÓVEIS QUANTO A DESTINAÇÃO E UTILIZAÇÃO	124.402.517,59	100,0	67.286.800,82	100,0	84,9
Bens Imóveis em Andamento	113.833.801,44	91,50	49.607.743,90	73,73	129,5
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros (Cohab-Ld)	10.568.716,15	8,50	10.900.096,91	16,20	-3,0
Demais Bens Imóveis - Terrenos de Terceiros em Posse do Ente	0,00	0,00	6.778.960,01	10,07	-100,0

5.6.2.4.1 – Bens Imóveis em Andamento

As Obras em Andamento, e os Estudos e Projetos, cujo saldo no final do período foi de R\$ 113,8 milhões, representa 4,3% do grupo dos bens imóveis, que correspondente à construção de edificações, reformas de escolas, edifícios públicos, readequação viárias, pavimentação e recape asfáltico, viadutos e no saneamento básico na recuperação fundo de vales. Na demonstração comparativa das obras em andamento com o exercício anterior, nota-se um aumento de 127,8%, que no quadro abaixo, são detalhadas por bem, demonstrando as conclusões e incorporações no exercício de 2023.

Tabela 15 – Demonstrativo das Obras em Andamento no Final do Exercício

DESCRIÇÃO DE OBRAS EM ANDAMENTO		2023	2022
CÓDIGO	OBRAS EM ANDAMENTO	112.444.103,70	49.357.407,59
ED21000001	EDIFICAÇÃO VIADUTO DA AVENIDA RIO BRANCO	26.578.256,96	14.482.113,47
ED18000017	TERMINAL URBANO DE TRANSPORTE COLETIVO OURO VERDE	14.208.765,59	1.764.968,42
ED11000024	TEATRO MUNICIPAL DE LONDRINA DO COMPLEXO "MARCO ZERO"	9.783.452,94	9.783.452,94
ED18000015	TERMINAL URBANO DE TRANSPORTE COLETIVO ACAPULCO	8.927.115,98	847.418,43
ED22000033	PRO INFANCIA JARDIM SANTO ANDRÉ	6.803.033,59	0,00
BI23000460	RODOVIA BENEDITO BENTO DOS SANTOS	4.064.849,39	0,00
ED11000137	TERMINAL URBANO DE TRANSPORTE COLETIVO LONDRINA	2.843.428,31	172.050,39
BI21001983	LOGRADOURO PÚBLICO - JARDIM ACAPULCO	2.827.152,63	203.441,98
BI15000195	AVENIDA LUIGI AMORESE	2.556.318,67	2.248.888,54
BI21001587	AVENIDA JUVENAL PIETRAROIA (AVENIDA 2)	2.205.607,42	0,00
ED11000147	E.M. SÔNIA PARREIRA DEBEI - PARQUE RESIDENCIAL DO CAFÉ	1.975.763,65	0,00
ED11000089	E.M. CARLOS KRAEMER DO JARDIM CASTELO	1.806.580,87	0,00
BI21000703	RUA PAULO NOVAES DA SILVEIRA (RUA H)	1.681.928,14	0,00
ED23000065	AVENIDA 02A/02B - CIDADE INDUSTRIAL II	1.674.120,46	0,00
ED23000045	RUA 07 - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA I	1.669.870,64	0,00
ED22000008	ESCOLA MUNICIPAL TRABALHO CAMPO E SABER	1.644.846,30	48.260,10
ED23000039	RUA 01 - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA I	1.546.719,13	0,00
ED15000026	QUADRA DE VOLEI DE AREIA DESCOBERTA NO JARDIM MARINGÁ - FUNDO DE	1.328.324,26	401.083,32
ED23000040	RUA 02 - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA I	1.232.072,81	0,00
BI13000409	AVENIDA DEZ DE DEZEMBRO - VIA EXPRESSA NORTE-SUL	1.176.803,69	0,00
ED13000004	CAMARA MUNICIPAL DE LONDRINA DO JARDIM MAZEI	1.095.825,21	0,00
ED23000049	AVENIDA 01 - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA I	1.083.576,17	0,00
ED23000044	RUA 06 - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA I	1.037.732,90	0,00
BI15000227	RUA TREMEMBÉS	993.296,12	442.368,92
BI17000086	RUA BRASIL	885.616,89	683.763,84
BI23000039	RUA SILVIO ESTEVES (RUA 20)	820.900,00	0,00
ED23000017	CAMPO DE FUTEBOL LOTE 01 - C.H. JACOMO VIOLIN	803.963,17	0,00
BI20000285	RUA FRANCISCO SALTON - RUA 02 - TERRAS DE DAVID	746.752,53	0,00
BI21001407	RUA ICEK WAJNBERG - RUA Q - JARDIM NOVA ESPERANÇA	537.748,66	0,00

BI15000119	AVENIDA GUILHERME DE ALMEIDA	491.576,25	36.508,25
ED23000003	CRAS SUL A	465.517,16	0,00
ED23000064	AVENIDA 01 - CIDADE INDUSTRIAL II	463.547,47	0,00
BI17000087	RUA URUGUAI	397.844,20	320.930,74
BI15000324	RUA VEREADOR MANOEL DE OLIVEIRA BRANCO - RUA PROJETADA A - GPL	392.244,33	0,00
ED11000029	C.C.I. - CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO DO JARDIM DA LUZ - "REGIÃO	382.714,23	0,00
ED23000073	TERRENO ÁREA DE TERRAS LOTE 40-C GLEBA CAMBÉ - PARQUE ARTHUR	355.985,37	0,00
ED23000043	RUA 05 - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA I	351.595,80	0,00
ED23000019	PARQUE INFANTIL 1 - CENTRO COMUNITÁRIO DA VILA NOVA	293.582,26	0,00
ED23000010	CAMPO DE FUTEBOL WARTA - JARDIM ITALIA	292.606,25	0,00
ED23000063	RUA 03 - CIDADE INDUSTRIAL II	285.014,09	0,00
ED23000042	RUA 04 - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA I	260.542,48	0,00
ED23000046	RUA 08 - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA I	244.946,93	0,00
ED23000041	RUA 03 - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA I	242.719,37	0,00
ED22000022	PRAÇA COLUMBIA C - CALÇADAS	219.740,27	219.740,27
ED20000010	QUADRA POLIESPORTIVA DA PRAÇA DO RESIDENCIAL TOCANTINS	195.855,85	0,00
BI23000458	RUA MIDORI KOGA - RUA 5 - JARDIM SANTA RITA V	182.778,17	0,00
ED23000069	CAMPO DE FUTEBOL - JARDIM SANTA CRUZ	160.944,74	0,00
BI16000376	ESTRADA RODOVIA MUN. GUSTAVO AVELINO CORREIA (RIO TAQUARA A	159.666,48	0,00
ED23000061	RUA 01 - CIDADE INDUSTRIAL II	140.776,05	0,00
ED23000062	RUA 02 - CIDADE INDUSTRIAL II	115.297,95	0,00
ED23000082	TERRENO - IMPLANTAÇÃO PASSARELA E CALÇADAS -VALE DO RUBI - JARDIM	114.901,19	0,00
BI23000478	RUA JOSE LUCIANO BARBOSA - RUA B - JARDIM SHEKINAH	114.280,43	0,00
ED16000002	PRÉDIO DA SEDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA	114.025,30	0,00
BI23000480	RUA THIAGO FIGUEIREDO PEREIRA - RUA D - JARDIM SHEKINAH	111.473,83	0,00
BI23000479	RUA JOSE SEVERINO DOS SANTOS - RUA C - JARDIM SHEKINAH	111.405,21	0,00
BI23000477	RUA GALDINO DO CARMO FERREIRA - RUA PROJ A - SETOR 2 - JARDIM	108.523,10	0,00
BI23000481	RUA JAIME FERNANDES GUERREIRO - RUA E - JARDIM SHEKINAH	107.584,38	0,00
BI23000482	RUA DEMETRIO BERBICZ - RUA F - JARDIM SHEKINAH	104.578,76	0,00
PROV000001	RUA HORTENCIA LUIZA DE LIMA - VILA MARÍZIA	92.848,09	0,00
BI23000484	RUA PROJETADA H - JARDIM SHEKINAH	86.103,17	0,00
BI21001082	RUA BRÁSILIO MACHADO - GLEBA PATRIMONIO LONDRINA	82.121,98	0,00
BI23000485	RUA PROJETADA I - JARDIM SHEKINAH	75.653,54	0,00
ED22000030	CASA DA MULHER LONDRINENSE	60.462,75	0,00
PROV000002	RUA COELHO NETO - ANTIGA RUA AMERICO LOBO - VILA MARIZIA II	56.190,48	0,00
BI23000476	RUA GALDINO DO CARMO FERREIRA - RUA PROJ A - SETOR 1 - JARDIM	53.173,22	0,00
ED23000079	ESCOLA E RECREAÇÃO - RESIDENCIAL PROFESSORA MARIETA	51.021,24	0,00
BI23000489	RUA ELIS REGINA - PARTE- JARDIM SHEKINAH	45.373,77	0,00
BI15000323	RUA JOSE FIERLI - RUA 3 - GLEBA PATRIMONIO LONDRINA	43.286,38	0,00
BI23000483	RUA JOB JOSE RODRIGUES - RUA PROJETADA G - JARDIM SHEKINAH	42.748,29	0,00
ED23000048	RUA 10 - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA I	36.909,49	0,00
ED23000047	RUA 09 - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA I	33.784,92	0,00
ED23000080	FUNDO DE VALE - RESIDENCIAL PROFESSORA MARIETA	28.236,05	0,00
BI23000487	RUA PROJETADA K - JARDIM SHEKINAH	26.329,97	0,00
BI22000324	TERRENOS - ÁREA VERDE I - VIVI XAVIER	25.928,17	0,00
ED23000081	FUNDO DE VALE - RESULTANTE LOTE 48-A GLEBA JACUTINGA	23.010,19	0,00
BI23000488	RUA JOSE MARIA MARTINS PEREIRA - PARTE - JARDIM SHEKINAH	20.018,19	0,00
IP21001040	ILUMINAÇÃO PÚBLICA - RUA ICEK WAJNBERG	13.604,31	0,00
BI23000897	RUA ANTONIO JACOB FILHO - RUA 16 - CONJUNTO HABITACIONAL VIVI XAVIER	9.914,82	0,00
BI23000486	RUA PROJETADA J - JARDIM SHEKINAH	6.672,72	0,00
BI23000772	RUA BOLIVIA LOTE 4 QUADRA 6 - GLEBA PATRIMONIO LONDRINA	5.952,18	0,00
BI21000729	AVENIDA GIL DE ABREU E SOUZA - ROYAL TENNIS RESORT & RESIDENCE	2.068,80	2.068,80
ED11000085	E.M. SAN IZIDRO DO JARDIM SAN IZIDRO	0,00	5.074.854,22
ED11000031	GINÁSIO DE ESPORTE PROFESSOR DARCI CORTEZ " MORINGÃO "	0,00	4.705.185,81
ED15000025	EM VILMA RODRIGUES CONJUNTO RESIDENCIAL TERRA NOVA - HEIMTAL	0,00	1.478.189,59
BI18000236	TERRENO QUADRA 35 CENTRO COM 9.026,970 M² - BOSQUE MUNICIPAL	0,00	1.101.003,85

BI21000005	RUA PIAUÍ - PROLONGAMENTO BOSQUE	0,00	990.528,16
BI22000018	RUA MARSELHA	0,00	712.876,27
ED11000014	ESTÁDIO MUNICIPAL JACY SCAFF - " ESTÁDIO DO CAFÉ " - EDIFICAÇÃO	0,00	515.041,51
BI18000048	TERRENO QUADRA 36 CENTRO COM 11.307,47 M² - BOSQUE MUNICIPAL	0,00	406.379,96
ED22000020	PRAÇA 10 - REVITALIZAÇÃO	0,00	337.686,16
ED22000021	PARQUE 2 - NOVO SABARÁ	0,00	306.824,73
BI20000131	RUA 01 COM 23.665,64 M² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA (Lote 285/289-B)	0,00	275.527,25
BI20000132	RUA 02 COM 19.339,17 M² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA (Lote 285/289-B)	0,00	193.275,82
BI21000996	RUA ACYLINO AUGUSTO DO NASCIMENTO (RUA M)	0,00	184.213,99
BI22000210	AVENIDA AVELINO GUSTAVO VIEIRA	0,00	151.382,84
BI20000136	RUA 06 COM 16.632,38 M² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA (Lote 285/289-B)	0,00	144.330,20
BI20000137	RUA 07 COM 28.418,97 M² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA (Lote 285/289-B)	0,00	143.355,22
BI20000031	AVENIDA 02A/02B COM 28.959,36 M² - CIDADE IND. DE LONDRINA II (Lote 285/289-A)	0,00	129.946,66
BI20000141	AVENIDA 01 COM 17.858,65 M² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA (Lote 285/289-B)	0,00	124.304,77
BI22000019	AVENIDA VINICIUS DE MORAES	0,00	91.000,00
ED22000014	CALÇADAS PRAÇA SEBASTIAO DOS REIS PAULA	0,00	89.253,69
BI20000029	RUA 03 COM 3.701,50 M² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA II (Lote 285/289-A)	0,00	86.189,28
BI20000135	RUA 05 COM 5.044,47 M² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA (Lote 285/289-B)	0,00	80.633,81
BI19000118	RUA BAHIA (PATRIMÔNIO LERROVILLE)	0,00	67.873,06
BI14001049	TERRENO - AREA VERDE COM 46.304,924 M² - C.H. ERNANI MOURA LIMA	0,00	57.549,21
BI20000134	RUA 04 COM 3.924,31 M² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA (Lote 285/289-B)	0,00	49.749,50
ED22000010	CALÇADAS PRAÇA VIRGILIO MAGRO	0,00	44.556,47
ED22000009	CALÇADAS RESERVA FLORESTAL 2 DO CH MARIA CECÍLIA SERRANO DE	0,00	31.905,73
BI16001232	TERRENO PRAÇA 7 COM 4.261,22 M² DO CONJUNTO HABITACIONAL OSCAVO	0,00	27.869,33
BI20000133	RUA 03 COM 4.022,62 M² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA (Lote 285/289-B)	0,00	26.645,68
BI20000027	RUA 01 COM 2.153,95 M² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA II (Lote 285/289-A)	0,00	25.077,36
ED21000007	SPL 2 CAMPO DE FUTEBOL E ARQUIBANCADAS C.H. LUIZ DE SÁ	0,00	22.234,49
BI20000028	RUA 02 COM 1.812,03 M² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA II (Lote 285/289-A)	0,00	19.146,80
BI20000030	AVENIDA 01 COM 8.558,92 - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA II (Lote 285/289-A)	0,00	3.807,95
BI20000140	RUA 10 COM 650,84 M² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA (Lote 285/289-B)	0,00	1.949,81
TOTAL OBRAS EM ANDAMENTO		1.389.697,74	250.336,31

ESTUDOS E PROJETOS		2023	2022
BI23000048	TERRENO - CONTORNO NORTE - JARDIM SÃO JORGE	340.200,00	0,00
BI21000285	RUA CONSTANTINO PIALARISSI	196.416,00	49.651,20
ED11000097	E.M. MÁBIO GONÇALVES PALHANO DO PARQUE OURO BRANCO	172.400,00	0,00
ED11000067	E.M. NINA GARDEMANN DO JARDIM TÓKIO	145.400,00	0,00
ED22000028	RESTAURANTE POPULAR ZONA NORTE	117.501,00	1.366,10
ED11000082	E.M.PROF. CARLOS ZEWE COIMBRA DO JARDIM MARABÁ	111.300,00	0,00
ED11000014	ESTÁDIO MUNICIPAL JACY SCAFF - " ESTÁDIO DO CAFÉ " - EDIFICAÇÃO	108.446,70	0,00
ED11000101	E.M. FRANCISCO PEREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR DO CH GUILHERME DE	95.600,00	0,00
ED17000011	E.M. JOSE HOSKEN DE NOVAES	62.487,58	36.330,59
ED23000068	ESCOLA MUNICIPAL SPAZIO LEOPOLDINA	10.348,92	0,00
ED22000030	CASA DA MULHER LONDRINENSE	8.500,00	8.500,00
ED23000070	CRAS LESTE B	6.750,00	0,00
BI21000729	AVENIDA GIL DE ABREU E SOUZA - ROYAL TENNIS RESORT & RESIDENCE	6.115,20	0,00
ED23000075	SPL JARDIM SANTAREM - UBS PARIGOT	5.508,20	0,00
BI19000344	TERRENO PRAÇA 2 - C.H. FARID LIBOS	2.724,14	0,00
ED22000008	ESCOLA MUNICIPAL TRABALHO CAMPO SABER	0,00	112.862,90
ED11000155	C.A.S. - VIVA VIDA UNIÃO DA VITÓRIA - Rua Cidadania, 299	0,00	25.391,07

ED22000031	ESCOLA MUNICIPAL MACHADO DE ASSIS - 3 BOCAS	0,00	7.555,06
BI17000209	RUA LEONIDES FERREIRA	0,00	3.771,13
ED22000019	PAM ZONA SUL	0,00	1.772,31
ED22000025	PAM ZONA LESTE	0,00	1.769,85
ED22000027	PAM ZONA NORTE	0,00	1.366,10
BI15000520	AVENIDA SAUL ELKIND	0,00	0,00
	T O T A L ESTUDOS E PROJETOS	1.389.697,74	250.336,31
	TOTAL BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	113.833.801,44	49.607.743,90

5.6.2.4.2 - Benfeitorias em Propriedade de Terceiros

As Benfeitorias em Propriedade de Terceiros, referem-se aos custos de obras, instalações e benfeitorias de manutenção, realizadas em edificações disponibilizadas ao Município, cuja propriedade pertença a órgão da administração indireta ou ao Governo do Estado.

5.6.2.4.3 - Demais Bens Imóveis

Quanto os Demais Bens Imóveis, são aqueles em poder de terceiros, principalmente ao governo de outras esferas, nas mesmas circunstâncias, transcrita na nota acima.

5.7 - Intangível

Os bens intangíveis constituem-se na propriedade imaterial do Município, possuem valor econômico e são desprovidos de substância física, como por exemplo: Licenças, Direitos, Software, Tecnologia e outros.

Tabela 16 – Bens Intangíveis

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
BENS INTANGÍVEIS	1.195.731,64	100,0	14.695.533,88	100,0	-91,9
Softwares	1.195.731,64	100,0	1.050.688,63	7,1	13,8
Softwares	1.195.731,64	100,0	1.050.688,63	7,1	13,8
(-) Depreciação de Bens Intangíveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Direito de Uso de Imóveis	0,00	0,0	13.644.845,25	92,9	-100,0
Direito de Uso de Imóveis de Prop.do Governo do Federal	0,00	0,0	14.723,22	0,1	-100,0
Direito de Uso de Imóveis de Prop.do Governo do Estado	0,00	0,0	4.941.541,84	33,6	-100,0
Direito de Uso de Imóveis de Prop.de Órgãos da Adm.Indireta	0,00	0,0	8.688.580,19	59,1	-100,0

Até o exercício de 2022 haviam cessões de imóveis classificadas como Direito de Uso de Imóveis, a partir do exercício de 2023, passou-se adotar os registros dos imóveis cedidos ao Município diretamente nas contas do Imobilizado.

Este quadro demonstra o valor dos bens intangíveis em dezembro de 2023 no montante de R\$ 1,2 milhão.

6 – Balanço Patrimonial – Contas do Passivo

6.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

O subgrupo das “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar” está segregado em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) longo prazo, na tabela a seguir é apresentada a composição.

Tabela 17 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2023			EXERCÍCIO DE 2022		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
OBRIGAÇÕES, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR DE CURTO E LONGO PRAZO	134.850.147,10	211.912.485,66	346.762.632,76	13.082.427,39	256.677.614,89	269.760.042,28
1. Pessoal a Pagar	1.929.637,47	0,00	1.929.637,47	12.651,52	0,00	12.651,52
1.1. Salários, Remunerações e Benefícios	19.204,72	0,00	19.204,72	12.651,52	0,00	12.651,52

1.2. Licença-Prêmio	1.910.432,75	0,00	1.910.432,75	0,00	0,00	0,00
2. Precatório de Pessoal - Regime Especial	359.123,56	27.549.832,63	27.908.956,19	2.296.568,56	32.040.799,43	34.337.367,99
2.1. Precatório Pessoal - Reg. Especial - Antes de 05/05/2000	0,00	97.823,51	97.823,51	0,00	97.823,51	97.823,51
2.2. Precatório Pessoal - Reg. Especial - A Partir de 05/05/2000 Venc. e Não Pagos	359.123,56	21.858.106,51	22.217.230,07	2.201.441,91	21.858.106,51	24.059.548,42
2.3. Precatório de Pessoal - Regime Especial - A Partir de 05/05/2000 - Não Vencido	0,00	10.084.869,41	10.084.869,41	95.126,65	10.084.869,41	10.179.996,06
3. Precatório de Pessoal - Regime Ordinário	0,00	0,00	0,00	3.003,00	0,00	3.003,00
3.2. Precatório Pessoal - Reg. Ordinário - A Partir de 05/05/2000 Venc. e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	3.003,00	0,00	3.003,00
4. PESSOAL A PAGAR - SENTENÇAS JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS	69.483,77	0,00	69.483,77	0,00	0,00	0,00
4.1. Pessoal a pagar - Sentenças Judiciais - Exceto Precatórios - Outras	69.483,77	0,00	69.483,77	0,00	0,00	0,00
5. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	54.397.003,66	0,00	54.397.003,66	0,00	0,00	0,00
5.1. Benefícios Previdenciários a pagar	54.397.003,66	0,00	54.397.003,66	0,00	0,00	0,00
4. Benefícios Assistenciais a Pagar	9.820,97	0,00	9.820,97	20.530,36	0,00	20.530,36
4.1. Benefícios Assistenciais a Pagar do Exercício	9.820,97	0,00	9.820,97	20.530,36	0,00	20.530,36
5. Encargos Sociais a Pagar	78.085.077,67	184.362.653,03	262.447.730,70	10.749.673,95	224.636.815,46	235.386.489,41
5.1. Contribuições ao RGPS a Pagar	10.102,15	15.372.798,89	15.382.901,04	121.058,86	15.890.766,66	16.011.825,52
5.2. Encargos Sociais a Pagar Intra OFSS (RPPS)	77.205.296,12	168.989.854,14	246.195.150,26	8.629.516,17	208.746.048,80	217.375.564,97
5.3. Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União (INSS)	869.679,40	0,00	869.679,40	1.999.098,92	0,00	1.999.098,92

As contas de **Precatório de Pessoal** representam as requisições de pagamento contra a Fazenda Pública decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, disciplinados pelo art. 100 da CF/1988.

No exercício, as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar representam 9,47% do Passivo Total.

6.2 - Empréstimos e Financiamentos

Abaixo são demonstrados quadros que detalham as obrigações com Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazos:

Tabela 18 – Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2023			EXERCÍCIO DE 2022		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DE CURTO E LONGO PRAZO	22.729.785,28	206.697.293,11	229.427.078,39	16.370.732,14	170.506.558,56	186.877.290,70
1. Empréstimos Interno	16.820.636,16	190.726.760,44	207.547.396,60	5.443.140,95	149.620.273,46	155.063.414,41
Operação de Créditos Internas - Em Contratos	16.820.636,16	176.090.406,49	192.911.042,65	4.890.206,26	144.599.679,53	149.489.885,79
Operação de Créditos Internas - Em Contratos Inter OFSS - Estado	0,00	14.636.353,95	14.636.353,95	552.934,69	5.020.593,93	5.573.528,62
2. Financiamento Interno	5.883.643,04	8.426.677,14	14.310.320,18	10.842.492,53	14.368.937,60	25.211.430,13
Financiamento Interno do Ativo Permanente	5.883.643,04	8.426.677,14	14.310.320,18	10.842.492,53	14.368.937,60	25.211.430,13
Financiamento Interno para Implantar Distrito Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Juros e Encargos a Pagar de Empr. e Financiamentos	25.506,08	7.543.855,53	7.569.361,61	85.098,66	6.517.347,50	6.602.446,16
Juros de Contratos - Empréstimos e Financiamentos Internos	0,00	7.543.855,53	7.543.855,53	59.592,58	6.517.347,50	6.576.940,08
Encargos de Contratos - Empréstimos Internos	25.506,08	0,00	25.506,08	25.506,08	0,00	25.506,08

6.3 - Fornecedores e Contas a Pagar

As obrigações Fornecedores estão segregadas em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) Longo prazo. Na tabela a seguir, é apresentada a composição em 31/12/2023 e 31/12/2022.

Tabela 19 – Fornecedores e Contas a Pagar de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR - SINTÉTICA DE CURTO E LONGO PRAZO	243.119.796,03	100,0	90.406.458,84	100,0	168,9
Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo	1.183.737,64	0,5	1.629.011,12	1,8	-27,3
Fornecedores e Contas a Pagar de Longo Prazo	241.936.058,39	99,5	88.777.447,72	98,2	172,5

O saldo de “Fornecedores e Contas a Pagar” representa as obrigações junto a fornecedores de mercadorias e serviços utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

O aumento ocorrido nessa conta se deve às inscrições e atualizações de precatórios acompanhando os mesmos valores registrados no TJPR, ou seja, os valores estavam subavaliados.

6.4 - Obrigações Fiscais

As Obrigações Fiscais estão segregadas em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) Longo prazo. Na tabela a seguir, são apresentadas as movimentações comparativas dos dois últimos exercícios, a saber:

Tabela 20 – Obrigações Fiscais de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2023			EXERCÍCIO DE 2022		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO E LONGO PRAZO	278.923,20	17.398.618,74	17.677.541,94	369.265,63	17.672.902,98	18.042.168,61
1. Obrigações Fiscais a Curto e Longo Prazo com a União	278.923,20	17.398.618,74	17.677.541,94	369.265,63	17.672.902,98	18.042.168,61
PIS/PASEP a Recolher	277.968,55	17.398.618,74	17.676.587,29	368.438,96	17.672.902,98	18.041.341,94
Outros Tributos e Contribuições Estaduais a Recolher	954,65	0,00	954,65	826,67	0,00	826,67

Os saldos dessas obrigações representam contribuições sociais do PASEP, taxas, emolumentos e multas fiscais, incidentes sobre as receitas do Município, em processos administrativo e judiciais a pagar.

O encargo de PIS/PASEP a Recolher – Parcelado, corresponde ao tributo renegociado com a união no que tange ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), por meio da Lei Federal nº 12.810, de 15 de maio de 2013.

6.5 - Provisões

As Provisões estão segregadas em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) Longo prazo. Na tabela a seguir, é apresentada a composição em 31/12/2023 e 31/12/2022.

Tabela 21 – Provisões de Longo e Curto Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2023			EXERCÍCIO DE 2022		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
PROVISÕES DE CURTO E LONGO PRAZO	0,00	2.808.088.188,54	2.808.088.188,54	510.305,80	179.906.996,27	180.417.302,07
1. Provisões Para Riscos Fiscais	0,00	51.057.767,88	51.057.767,88	0,00	48.266.870,58	48.266.870,58
Provisão Para Pagamento Referentes a Autos de Infração	0,00	50.552.713,69	50.552.713,69	0,00	47.761.816,39	47.761.816,39
Provisão Para Pagamento de Autuações Fiscais - Esfera Judicial	0,00	505.054,19	505.054,19	0,00	505.054,19	505.054,19
2. Outras Provisões	0,00	2.757.030.420,66	2.757.030.420,66	510.305,80	131.640.125,69	132.150.431,49
Devolução de Bens Imóveis ao Cedente	0,00	0,00	0,00	510.305,80	22.410.305,69	22.920.611,49
Provisão Para Fornecedores de Bens Materiais, Serviços e Utilidades	0,00	945.783,77	945.783,77	0,00	945.783,77	945.783,77
Precatórios de Terceiros com Exigibilidades Suspensas	0,00	541.711,44	541.711,44	0,00	108.284.036,23	108.284.036,23
Outras Provisões a Longo Prazo - Intra OFSS	0,00	2.755.542.925,45	2.755.542.925,45	0,00	0,00	0,00

6.5.1 - As “Provisões para Riscos Fiscais” representam os autos de infrações governamentais e judiciais, lavrados ou notificados, não apresentando variação significativa.

6.5.2 - As provisões classificadas em ‘Provisão de Devolução de Bens Recebidos em Cessão de Uso ao Cedente’ tiveram seu valor baixado em contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores, pela mudança de critério contábil para registro de Bens Imóveis Cedidos, por se tratar de cessões de bens imóveis não onerosas do tipo de restrição, desta forma, seguindo a IPC-STN 12, foram realizadas as baixas.

6.5.3 - A Provisão de Obrigações com Fornecedores é o reconhecimento de dívida incorrida dos serviços de saneamento não pagos pelo Município com a SANEPAR, ligada a Lei Municipal nº 16.636 de 18 de dezembro 2017, que autoriza a adesão ao programa de recuperação de crédito com a entidade – RECRED 2017.

6.5.4 – A redução no valor de Precatórios de Terceiros com Exigibilidades Suspensa se deve aos Precatórios com valor expressivo que tiveram seu status alterado pelo Tribunal de Justiça de ‘suspensa’ para ‘requisitado’, valor esse que transitou para conta específica dentro do grupo ‘Fornecedores e Contas a Pagar’.

6.6 – Demais Obrigações

Este subgrupo compreende as obrigações perante terceiros que não foram incluídas em subgrupos específicos segregadas em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) Longo prazo a seguir’.

Tabela 22 – Demais Obrigações de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2023			EXERCÍCIO DE 2022		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO E LONGO PRAZO	18.442.925,69	0,00	18.442.925,69	24.111.420,57	10.653.742,79	34.765.163,36
1. Valores Restituíveis	17.044.140,67	0,00	17.044.140,67	16.360.944,51	0,00	16.360.944,51
Consignações	1.590.741,07	0,00	1.590.741,07	5.151.785,39	0,00	5.151.785,39
Garantias	471.420,69	0,00	471.420,69	88.946,51	0,00	88.946,51
Depósitos Judiciais	13.359.448,33	0,00	13.359.448,33	10.540.133,61	0,00	10.540.133,61
Depósitos Não Judiciais	1.622.530,58	0,00	1.622.530,58	580.079,00	0,00	580.079,00
2. Outras Obrigações a Curto e Longo Prazo	1.398.785,02	0,00	1.398.785,02	7.750.476,06	10.653.742,79	18.404.218,85
Indenizações e Restituições	1.209.678,02	0,00	1.209.678,02	4.981.347,15	0,00	4.981.347,15
Diárias a Pagar	8.512,50	0,00	8.512,50	1.765,00	0,00	1.765,00
Suprimentos de Fundos a Pagar	900,00	0,00	900,00	2.530,90	0,00	2.530,90
Subvenções a Pagar	169.694,50	0,00	169.694,50	195.382,95	0,00	195.382,95
Precatórios de Terceiros	0,00	0,00	0,00	2.522.212,76	0,00	2.522.212,76
Participações em Empresa com PL Negativo	0,00	0,00	0,00	0,00	10.653.742,79	10.653.742,79
Consórcios a pagar	0,00	0,00	0,00	47.237,30	0,00	47.237,30
Demais Obrigações	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00

No final do Exercício de 2023, a conta “Demais Obrigações” teve redução em 46,9% em relação ao exercício anterior. As reduções ocorreram nas contas de Consignações, Indenizações e Restituições, Precatórios e Participações em Empresa com PL Negativo. Esta última sofreu uma baixa pela mudança de critério contábil, seguindo o MCASP 9ª edição, deixando de ser considerado um Passivo não Circulante, por ser uma Obrigação possível, mas não presente, com a probabilidade de saída de recursos provável.

Tabela 23 – Participações em empresas com Patrimônio Líquido Negativo

Entidade	Passivo a Descoberto
Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização	R\$ 5.558.645,19
Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento	R\$ 3.635.280,00
Total	R\$ 9.193.925,19

6.7 - Patrimônio Líquido

Tabela 24 – Patrimônio Líquido

CONTAS CONTÁBEIS	2023	2022	AH%
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	14.316.439,25	0,00	0,0
Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos	14.316.439,25	0,00	0,0
RESULTADO ACUMULADOS	-17.235.591,34	2.766.503.158,31	-100,6
Resultado do Exercício	-2.844.804.663,25	-160.451.367,29	1673,0
Resultado de Exercícios Anteriores	2.366.156.059,45	2.892.181.728,60	-18,2
Ajustes de Exercícios Anteriores	461.413.012,46	34.772.797,00	1226,9
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-2.919.152,09	2.766.503.158,31	-100,1

O Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial de 2023 soma um déficit de R\$ 2,9 milhões, em comparação com o valor de 2022, que foi superavitário em R\$ 2,8 bilhões, houve uma redução nominal de 100,1%.

6.7.1 Ajustes de Avaliação Patrimonial 6.7.1 Em conformidade com o MCASP – 10ª Edição, o Município efetuou ajustes no valor contábil dos investimentos em outras companhias pela mudança na participação proporcional do investidor em decorrência de variações do patrimônio líquido da investida que não foram reconhecidas no resultado do período desta. Tais variações incluem, por exemplo, aquelas decorrentes da reavaliação de ativos imobilizados. Para esse tipo de situação, assim como contabilizado na investida, a participação do investidor nessas variações deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido do investidor como Ajuste de Avaliação Patrimonial.

6.7.2 Resultado do Exercício apurado em 31/12/2023 foi deficitário em R\$ 2,9 milhões resultante do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas que estão detalhadas nas notas [8](#), [9](#) e [10](#) deste documento.

6.7.3 O saldo do **Resultado de Exercícios Anteriores** em 2023 apresentou uma redução de 18,2% em relação ao exercício anterior.

6.7.4 Ajustes de Exercícios Anteriores registra os efeitos da mudança de critérios contábeis ou na retificação de erro imputável a exercícios anteriores que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Os Ajustes ocorridos no exercício de 2023 resultam em R\$ 461,4 milhões e são decorrentes da movimentação das contas a seguir detalhadas:

Tabela 25 – Detalhamento de Ajustes de Exercícios Anteriores

Descrição da conta	Débito	Crédito	Saldo
6.7.3.1 Imobilizado	15.206.221,24	44.795.313,98	29.589.092,74
6.7.3.2 Créditos a Curto Prazo	1.286.813.128,26	1.286.770.386,04	-42.742,22
6.7.3.3 Investimentos	1.192.733,48	12.102.544,59	10.909.811,11
6.7.3.4 Provisões a Curto e Longo Prazo	0,00	22.920.611,49	22.920.611,49
6.7.3.5 Demais Obrigações a Curto e Longo Prazo e Ajuste de Avaliação Patrimonial	17.803.242,21	12.896.483,49	-4.906.758,72
6.7.3.7 Resultados Acumulados	34.764.998,06	437.707.996,12	402.942.998,06
	1.355.780.323,25	1.817.193.335,71	461.413.012,46

6.7.3.1 Os ajustes do Imobilizado são decorrentes de registros de incorporações e baixas encaminhados intempestivamente à contabilidade, ressaltando que esses ajustes tendem a serem minimizados, quando for realizado o inventário dos bens.

6.7.3.2 Os ajustes de exercícios anteriores nas contas de Créditos a Curto Prazo, referem-se à implantação dos Créditos Tributários, os lançamentos foram necessários para adequar o sistema contábil com as novas tabelas do SIMAM relativas ao Módulo Tributário.

6.7.3.3 Os ajustes em contrapartida dos Investimentos são relativos a registros intempestivos de Equivalência Patrimonial e de registros de Adiantamentos de Capital para CMTU e COHAB-LD.

6.7.3.4 Os ajustes em contrapartida das Provisões a Curto e Longo Prazo são decorrentes da mudança de critério contábil para registro de Bens Imóveis Cedidos, por se tratar de cessões de bens imóveis não onerosas do tipo de restrição, desta forma, seguindo a IPC-STN 12, foram realizadas as baixas.

6.7.3.5 Os ajustes em contrapartida de Demais Obrigações a Curto e Longo Prazo e Ajuste de Avaliação Patrimonial referem-se a mudança de critério contábil para registro dos valores de Patrimônio Líquido Negativo da CMTU e CTD que, seguindo o MCASP 9ª edição, não pode ser considerado um Passivo não Circulante, por ser uma Obrigação possível, mas não presente, com a probabilidade de saída de recursos provável.

Os valores relativos ao final do exercício de 2023 foram registrados em Outros Atos Potenciais Passivos, extemporaneamente, em janeiro de 2024, conforme tabela detalhado na Tabela 23 – Participações em empresas com Patrimônio Líquido Negativo.

6.7.3.6 Os ajustes em contrapartida de Resultados Acumulados, sua maior parte, em torno de R\$ 437,7 milhões refere-se à correção de classificação errônea de Variações Aumentativas do exercício de 2022 no tipo de consolidação 'Inter – OFSS Município', sendo reclassificada para o nível 'Consolidação', o restante no valor de R\$ 34,8 milhões refere-se a uma duplicidade na transferência entre 'Resultados do exercício' com 'Resultados de exercícios anteriores'

7 – Balanço Patrimonial - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Este quadro apresenta os ativos e passivos financeiros e patrimoniais, de acordo com o disposto no art. 105 de Lei 4.320/1964, elaborado com base nos dados da classe 1 (Ativo), da classe 2 (Passivo) do PCASP, e nas contas que representem passivos financeiros classificadas nas contas da classe 6 "Créditos Empenhados a Liquidar" e "Restos a Pagar Não Processados a Liquidar".

Tabela 26 – Apresentação do Saldo Patrimonial

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH%
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro	433.120.940,52	538.628.127,45	-19,6
Ativo Permanente	3.227.478.070,74	3.008.143.456,72	7,3
TOTAL DO ATIVO	3.660.599.011,26	3.546.771.584,17	3,2
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro	273.999.820,93	232.048.906,12	18,1
Passivo Permanente	3.643.418.269,05	755.123.437,62	382,5
TOTAL DO PASSIVO	3.917.418.089,98	987.172.343,74	296,8
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	-256.819.078,72	2.559.599.240,43	-110,0

A variação entre o exercício anterior e o exercício atual, que resultou no Saldo Patrimonial deficitário de R\$ 256,8 se deve, em sua maior parte, pelo registro de obrigações do município perante o Regime Próprio de Previdência dos Servidores, a título de Aportes.

7.1 – Balanço Patrimonial - Atos Potenciais Ativos

Os Atos Potenciais Ativos, das Contas de Controle, correspondem ao "Quadro de Compensações" do Balanço Patrimonial, que normalmente representam as Garantias e Contragarantias recebidas a executar, ou recursos de convênios a receber, a saber:

Tabela 27 – Atos Potenciais Ativos

Conforme Balanço emitido pelos sistemas					
CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	173.624.508,49	100,0	183.677.729,36	105,8	-5,5
Garantias e Contra Garantias Recebidas a Executar	2.980.315,82	1,7	0,00	0,0	-
Direito Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	0,00	0,0	0,00	0,0	-
Direitos Contratuais a Executar	170.644.192,67	98,3	183.677.729,36	105,8	-7,1
Outros Atos Potenciais Ativo a Executar	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0

Verificou-se que para o exercício de 2023, os valores apresentados tanto no sistema informatizado da entidade, quanto no SIMAM, vieram, a nosso ver, indevidamente com saldo zerado para a conta 'Direito Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber', possivelmente pela reclassificação do tipo de consolidação que passou em 2022 a ser detalhado pelos valores a receber da União e do Estado, desta forma, retificamos o quadro com os valores a receber das referidas contas.

Tabela 28 – Atos Potenciais Ativos – Retificada

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	228.906.395,09	100,0	206.209.875,91	90,1	11,0
Garantias e Contra Garantias Recebidas a Executar	2.980.315,82	1,3	2.251.236,54	1,0	32,4
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	55.281.886,60	24,2	20.280.910,01	8,9	172,6
Direitos Contratuais a Executar	170.644.192,67	74,5	183.677.729,36	80,2	-7,1
Outros Atos Potenciais Ativo a Executar	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0

A conta Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber representa os valores a receber de outras esferas de governos, provenientes de recursos de convênios ou parcerias, para atendimento de suas atividades ou de interesse coletivo da comunidade.

Quanto aos Direitos Contratuais a executar se referem ao Contrato de Concessão firmado com a Sanepar para exploração do sistema de abastecimento de água e esgoto de Londrina.

7.2 - Balanço Patrimonial - Atos Potenciais Passivos

Os principais itens que compõem esse subgrupo de contas de Atos Potenciais Passivos são as Garantias e Contragarantias Concedidas e as Obrigações Contratuais.

Tabela 29 – Atos Potenciais Passivos

Os atos potenciais passivos são atos e fatos que possam vir a aumentar o passivo ou diminuir o ativo do Município, como abaixo está demonstrado.

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	961.241.880,94	100,0	603.064.985,19	62,7	59,4
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	58.559.903,09	6,1	0,00	0,0	0,0
Obrigações Conveniados e Outros Instrum. Congêneres a Liberar	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Obrigações Contratuais a Executar	902.681.977,85	93,9	603.064.985,19	62,7	49,7

Verificou-se que para o exercício de 2023, os valores apresentados em nosso sistema informatizado vieram, a nosso ver, indevidamente com saldo zerado para a conta 'Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar', desta forma, retificamos o quadro com os valores a executar.

Tabela 30 – Atos Potenciais Passivos – Retificada

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	961.241.880,94	100,0	905.680.465,65	94,2	6,1
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	58.559.903,09	6,1	68.000.847,73	7,1	-13,9
Obrigações Conveniados e Outros Instrum. Congêneres a Liberar	0,00	0,0	31.231.863,81	3,2	-100,0
Obrigações Contratuais a Executar	902.681.977,85	93,9	806.447.754,11	83,9	11,9

As obrigações contratuais a executar se referem ao fornecimento de bens, serviços e contratação de financiamentos, para o atendimento das atividades públicas, detalhados no quadro a seguir.

Tabela 31 – Detalhamento das Obrigações Contratuais a Executar

CONTRATOS DE SERVIÇOS	591.513.251,88
CONTRATOS DE ALUGUÉIS	1.129.032,97
CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	40.211.762,20
CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	143.842.796,65
TERMO DE PARCERIA A EXECUTAR	125.985.134,15
Saldo - Obrigações Contratuais a Executar	902.681.977,85

7.3 – Balanço Patrimonial - Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

O Superávit Financeiro refere-se a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apurados no Balanço Patrimonial, servindo como recurso para a abertura de créditos suplementares e especiais no exercício posterior, respeitando a vinculação do recurso. O total do superávit financeiro apurado no exercício soma R\$ 159,1 milhões, no exercício anterior soma R\$ 306,6 milhões, discriminado no quadro próprio do anexo Balanço Patrimonial e reproduzido abaixo:

Tabela 32 – Demonstração do Superávit / Déficit Financeiro Apurado no Exercício

FONTES DE RECURSOS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
Alienação de Bens	302.332,57	0,2	919.535,67	0,3	-67,1
Apoio Financeiro a Municípios	3.273.261,93	2,1	128.924,38	0,0	2.438,9
Cessão Onerosa - Pré-Sal	148.383,50	0,1	130.819,00	0,0	13,4
Emenda Parlamentar	11.497.264,30	7,2	7.360.865,92	2,4	56,2
Operação de Crédito	- 54.468.585,25	-34,2	-26.742.705,74	-8,7	103,7
Ordinária	95.448.362,11	60,0	248.698.626,55	81,1	-61,6
Outras Origens	60.302.642,08	37,9	42.687.202,06	13,9	41,3
Transferências do FUNDEB	21.376.022,49	13,4	11.263.206,11	3,7	89,8
Transferência de Programas	7.930.294,49	5,0	7.527.929,60	2,5	5,3
Transferência Voluntária	13.311.141,37	8,4	14.554.489,55	4,7	-8,5
Valores Restituíveis	-	0,0	50.328,23	0,0	-100,0
TOTAL GERAL	159.121.119,59	100,0	306.579.221,33	100,0	-48,1

As fontes negativas de Operação de Crédito indicam que o empenho foi realizado antes da entrada do recurso. Neste caso as despesas são executadas e encaminhadas para aprovação da instituição financeira que, após a aceitação da medição da obra em andamento, realiza a liberação financeira da operação de crédito.

II – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**Exercício de 2023 – Anexo 15**

A seguir serão destacadas as contas de maior relevância das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Tabela 33 – Apuração do Resultado Patrimonial do Exercício

CONTAS CONTÁBEIS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA - VPA	2.730.868.026,41	100,0	2.460.388.826,40	100,0	11,0
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	1.134.337.611,35	41,5	1.018.649.254,28	41,4	11,4
Contribuições	57.350.758,54	2,1	52.111.415,97	2,1	10,1
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	3.609.020,50	0,1	3.630.452,99	0,1	-0,6
Variação Patrimonial Aumentativa Financeira	183.123.982,53	6,7	204.752.008,32	8,3	-10,6
Transferências Delegada Recebidas	992.776.918,01	36,4	931.896.734,94	37,9	6,5
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorpor. de Passivo	431.496,33	0,0	2.636.986,45	0,1	-83,6
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	359.238.239,15	13,2	246.711.973,45	10,0	45,6
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA - VPD	5.575.672.689,66	100,0	2.620.840.193,69	100,0	112,7

Pessoal e Encargos	903.834.466,57	16,2	773.304.315,29	29,5	16,9
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	19.446.567,20	0,3	18.226.672,49	0,7	6,7
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	241.946.108,88	4,3	192.189.568,82	7,3	25,9
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	77.155.716,24	1,4	38.406.965,73	1,5	100,9
Transferências e Delegações Concedidas	3.781.509.241,21	67,8	783.686.336,90	29,9	382,5
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	191.066.187,64	3,4	555.396.889,96	21,2	-65,6
Tributárias	18.262.263,95	0,3	17.371.464,05	0,7	5,1
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	342.452.137,97	6,1	242.257.980,45	9,2	41,4
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	-2.844.804.663,25	-51,0	-160.451.367,29	-6,1	1673,0

8 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - VPA

8.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

O grupo Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria totalizou, em 2023, R\$ 1,1 bilhão, representando 41,5% das VPA, deste total 35,7% são relativos ao IPTU e 34,6% são relativos ao ISS, conforme tabela abaixo.

Tabela 34 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

VPA - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS	2023	AV (%)	2022	AV (%)	AH (%)
IRRF	181.323.345,54	16,0	149.134.718,84	14,6	21,6
IPTU	405.309.103,64	35,7	376.447.476,96	37,0	7,7
ITBI	105.431.361,27	9,3	94.045.849,90	9,2	12,1
ISS	392.534.246,17	34,6	354.621.468,24	34,8	10,7
Taxas pelo Poder Polícia	10.592.394,86	0,9	9.554.025,32	0,9	10,9
Taxas pela Prestação de Serviços	39.152.037,44	3,5	34.875.564,20	3,4	12,3
Contribuição de Melhoria	-4.877,57	0,0	-29.849,18	0,0	-83,7
TOTAL	1.134.337.611,35	100,0	1.018.649.254,28	100,0	11,4

8.2 – VPA - Transferências e Delegações Recebidas

O grupo das Transferências Delegadas Recebidas totalizou, em 2023, R\$ 992,8 milhões, correspondendo a 36,35% das VPA's, sendo que desse total 45,92 % é originado de Transferências Constitucionais do Estado e 29,33% de Transferências do FUNDEB.

Tabela 35 – Transferências e Delegações Recebidas

VPA - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2023	AV (%)	2022	AV (%)	AH (%)
Transferências intragovernamentais	9.212.973,14	0,93	19.988.022,17	2,14	-53,9
Transferências Intergovernamentais - Constitucionais - União	201.692.200,32	20,32	191.844.345,46	20,59	5,1
Transferências Intergovernamentais - Constitucionais - Estado	455.874.472,77	45,92	415.425.482,11	44,58	9,7
Transferências Intergovernamentais - FUNDEB	291.216.242,50	29,33	283.022.229,28	30,37	2,9
Transferências Intergovernamentais - Transferências Voluntárias	7.696.709,39	0,78	6.817.331,38	0,73	12,9
Transferências Intergovernamentais - Outras Transferências	19.304.298,57	1,94	10.904.525,95	1,17	77,0
Transferências das Instituições Privadas	5.507.665,00	0,55	687.629,34	0,07	701,0
Transferências de Pessoa Físicas	134.889,27	0,01	226.711,22	0,02	-40,5
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.137.467,05	0,22	2.980.458,03	0,32	-28,3
TOTAL	992.776.918,01	100,0	931.896.734,94	100,0	6,53

8.3 – VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Outro grupo a se destacar nas VPA's, contribuindo de maneira significativa para o resultado patrimonial do exercício, é o grupo das Outras Variações Patrimoniais Aumentativas totalizando, em 2023, R\$ 246,7 milhões, representando 13,1% das VPA, desse total 67,67% são alocados na conta de Reversão de Provisões e Ajustes de Perda.

Tabela 36 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

VPA - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2023	AV (%)	2022	AV (%)	AH (%)
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	368.272,85	0,10	1.741.182,15	0,71	-78,8
Resultado Positivo de Participações	2.172.978,01	0,60	5.743,84	0,00	37.731,5
Reversão de Provisões e Ajustes de Perda	243.106.190,96	67,67	102.149.336,23	41,40	138,0
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	113.590.797,33	31,62	142.815.711,23	57,89	-20,5
TOTAL	359.238.239,15	100,0	246.711.973,45	100,0	45,6

9 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - VPD

Na classe das Variações Patrimoniais Diminutivas, as contas com maior vulto são detalhadas a seguir.

9.1 – VPD – Pessoal e Encargos

Em 2023, as VPD's com Remuneração a Pessoal totalizaram R\$ 903,8 milhões, deste valor 66,8% são referentes a Remuneração a Pessoal.

Tabela 37 – Pessoal e Encargos

VPD - PESSOAL E ENCARGOS	2023	AV (%)	2022	AV (%)	AH (%)
Remuneração a Pessoal	603.416.936,81	66,8	529.456.187,09	68,5	14,0
Encargos Patronais	266.829.290,58	29,5	212.375.865,24	27,5	25,6
Benefícios a Pessoal	30.963.435,20	3,4	28.137.819,83	3,6	10,0
Outras VPD de Pessoal e Encargos	2.624.803,98	0,3	3.334.443,13	0,4	-21,3
TOTAL	903.834.466,57	100,0	773.304.315,29	85,6	9,23

9.2 – VPD - Transferências e Delegações Concedidas

O grupo de contas de Variação Patrimonial Diminutiva - Transferências e Delegações concedidas totaliza, em 2023, R\$ 3,8 bilhões, com aumento de 382,2 % quando comparado ao exercício de 2022.

A transferência para o Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina, a título de Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial contribuindo para o aumento atípico. Os registros foram contabilizados com base no Relatório de Avaliação Atuarial de 2023, em Aportes Periódicos, Alíquota Suplementar e Receitas Vinculadas por Lei.

Nas demais operações, destacam-se os repasses para o Fundo Municipal de Saúde de Londrina, no valor de R\$ 461,5 milhões.

Tabela 38 – Repasse Concedido

VPD - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	2023	AV (%)	2022	AV (%)	AH (%)
Fundo Municipal de Saúde de Londrina	461.511.543,78	12,2	418.180.494,06	53,4	10,4
Câmara Municipal de Londrina	51.000.000,00	1,3	44.527.000,00	5,7	14,5
Autarquia Municipal de Saúde - AMS	123.871,88	0,0	64.000,00	0,0	93,5
Caixa de Assistência de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Municipais	600.000,00	0,0	0,00	0,0	-
Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina - Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	2.875.602.551,12	76,0	11.730.797,31	1,5	24.413,3
Transferências Concedidas - Independentes da Execução Orçamentária	9.636.623,26	0,3	126.649,00	0,0	7.508,9
Transferências ao FUNDEB	121.722.725,36	3,2	109.584.545,95	14,0	11,1
Transferências à Instituições Privadas	130.897.349,27	3,5	84.495.384,16	10,8	54,9
Fundo de Urbanização de Londrina	91.880.065,75	2,4	87.472.988,84	11,2	5,0
Fundação de Esportes de Londrina	13.158.730,63	0,3	10.596.251,23	1,4	24,2
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL	6.837.533,93	0,2	5.929.834,11	0,8	15,3
Instituto de Desenvolvimento de Londrina - CODEL	18.538.246,23	0,5	10.978.392,24	1,4	68,9
TOTAL	3.781.509.241,21	100,0	783.686.336,90	100,0	382,5

10 – Variações Patrimoniais Aumentativas X Variações Patrimoniais Diminutivas

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA's) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o Município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômico ou potencial de serviços para a entidade, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivo, seguindo a lógica do regime de competência.

O Resultado Patrimonial apurado em 2023 foi deficitário em R\$ 2,8 bilhões no confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Tabela 39 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH%
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	2.730.868.026,41	2.460.388.826,40	11,0
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	-5.575.672.689,66	-2.620.840.193,69	112,7
Resultado Patrimonial do Período (III= I - II)	-2.844.804.663,25	-160.451.367,29	1.673,00

Como comentado no tópico anterior a transferência para o Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina, a título de Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial que contribuiu para esse aumento atípico das Variações Patrimoniais Diminutivas, gerando o aumento negativo no Resultado Patrimonial de 2023, em R\$ 2,8 bilhões.

II – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2023 – Anexo 12

11 – Balanço Orçamentário

11.1 Execução Orçamentária da Receita

As receitas realizadas no exercício de 2023 estão representadas abaixo em categorias econômicas, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário.

Houve um crescimento de 9,9% das receitas em 2023 em comparação com 2022, passando para R\$ 2,2 bilhões. Destacam o aumento nominal nas receitas Tributárias e Receita Patrimonial.

Tabela 40 – Receita Realizada

CONTAS ORÇAMENTARIAS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
RECEITAS CORRENTES	2.159.084.540,69	96,7	1.967.131.729,04	96,8	9,8
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.161.647.327,30	52,03	1.033.244.998,56	50,9	12,4
Receita de Contribuições	57.352.637,30	2,57	52.115.417,52	2,6	10,0
Receita Patrimonial	90.833.183,77	4,07	71.768.178,93	3,5	26,6
Receita de Serviços	3.583.007,55	0,16	3.573.379,55	0,2	0,3
Transferências Correntes	822.289.511,73	36,83	785.692.453,01	38,7	4,7
Outras Receitas Correntes	23.378.873,04	1,05	20.737.301,47	1,0	12,7
RECEITAS DE CAPITAL	73.345.506,57	3,3	64.170.188,48	3,2	14,3
Operações de Crédito	59.539.972,27	2,67	52.929.481,31	2,6	12,5
Alienação de Bens	50.308,00	0,00	1.793.643,55	0,1	-97,2
Transferência de Capital	13.755.226,30	0,62	5.892.837,37	0,3	133,4
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	3.554.226,25	0,2	-
RECEITAS CORRENTES	66.619,92	0,00	66.255,74	0,0	0,5
Indenizações Restit. e Ressarcimentos (Intraorçamentária)	66.619,92	0,00	66.255,74	0,0	0,5
TOTAL DAS RECEITAS	2.232.496.667,18	100,0	2.031.368.173,26	100,0	9,9
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	280.970.146,73	100,0	186.573.392,39	100,0	50,6
Recurso Arrecadados em Exercícios	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0
Superávit Financeiro	280.976.146,73	100,00	186.573.392,39	100,0	50,6
Reabertura de Créditos Adicionais	-6.000,00	0,00	0,00	0,0	0,0

11.2 - Balanço Orçamentário - Execução Orçamentária da Despesa

As despesas executadas no exercício de 2023 estão representadas abaixo em categorias econômicas, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário.

Houve um aumento de 26,4% das despesas em 2023 em comparação com 2022, passando para R\$ 1,8 bilhão.

Tabela 41 – Despesa Empenhada

CONTAS ORÇAMENTARIAS	2023	AV%	2022	AV%	AH%
DESPESAS CORRENTES	1.509.177.123,75	85,0	1.244.179.915,29	88,5	21,3
Pessoal e Encargos Sociais	897.184.452,14	50,5	761.306.235,74	54,2	17,8
Juros e Encargos da Dívida	32.490.259,64	1,8	23.370.476,25	1,7	39,0
Outras despesas Correntes	579.502.411,97	32,6	459.503.203,30	32,7	26,1
DESPESAS DE CAPITAL	266.503.334,50	15,0	161.180.716,46	11,5	65,3
Investimentos	225.653.816,03	12,7	114.178.162,38	8,1	97,6
Inversões Financeiras	13.732.546,61	0,8	18.792.778,96	1,3	-26,9
Amortização da Dívida / Refinanciamento da Dívida	27.116.971,86	1,5	28.209.775,12	2,0	-3,9
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Reserva de Contingência	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.775.680.458,25	100,0	1.405.360.631,75	100,0	26,4
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Dívida Mobiliária	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Outras Dívidas	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Dívida Mobiliária	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Outras Dívidas	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.775.680.458,25	100,0	1.405.360.631,75	100,0	26,4
SUPERAVIT	456.816.208,93	25,7	626.007.541,51	44,5	-27,0
T O T A L	2.232.496.667,18	125,7	2.031.368.173,26	144,5	9,9

11.3 - Balanço Orçamentário - Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas e as despesas empenhadas no período, tendo em vistas os critérios estabelecidos pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Tabela 42 – Comparação entre a Receita e Despesa Orçamentária Executadas

CONTAS ORÇAMENTARIAS	2023	2022	AH%
Receitas Realizadas	2.232.496.667,18	2.031.368.173,26	9,9
Despesas Empenhadas	-1.775.680.458,25	-1.405.360.631,75	26,4
RESULTADO - Superávit Orçamentário	456.816.208,93	626.007.541,51	-27,0

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 456,8 milhões, a situação é necessária, já que o Município efetua Transferências Financeiras às Entidades da Administração Indireta e à Câmara Municipal.

11.4 - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar

A Execução de Restos a Pagar refere-se à continuidade a ser dada aos procedimentos financeiros na execução das despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício findo, distinguindo-se as “Processadas” das “Não Processadas”, as “Processadas” são despesas inscritas em restos a pagar, “liquidadas” e não pagas, que correspondem aos bens e serviços recebidos e aceitos de forma definitiva. Quanto às “Não Processadas”, são despesas empenhadas e “não liquidadas”, que dependem de procedimentos específicos de recebimentos.

11.5 - Estoque dos Restos a Pagar

Do total inscrito, em 2023, em Restos a Pagar não Processados na ordem de R\$ 206,9 milhões, foram liquidados e pagos R\$ 157,6 milhões e cancelados R\$ 30,8 milhões, restando um saldo de R\$ 18,3 milhões.

Do total inscrito em Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados de R\$ 8,8 milhões, foram pagos R\$ 8,1 milhões e cancelados R\$ 0,6 milhão, restando um saldo de R\$ 85,5 mil.

Em consonância com o art. 36 da Lei nº 4.320/1964, considera-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro.

A tabela a seguir mostra a trajetória da posição de restos a pagar inscritos e reinscritos no final de cada exercício.

Tabela 43 – Histórico da Composição dos Estoques de Restos a Pagar

Ano	Restos a Pagar Não Processados			
	Sd. Ant. + Inscr.	Cancelados	Liq. /Pagos	A Pagar
2013	44.333.847,88	11.018.669,20	21.138.797,23	12.176.381,45
2014	40.346.349,52	1.516.860,05	25.748.791,24	13.080.698,23
2015	69.147.811,19	7.168.431,38	35.613.552,38	26.365.827,43
2016	97.211.342,70	19.924.475,05	37.605.101,43	39.681.766,22
2017	98.765.364,81	9.133.680,02	37.390.279,97	52.241.404,82
2018	98.802.590,53	5.674.010,92	25.709.972,12	67.418.607,49
2019	162.629.606,63	11.222.793,51	130.765.344,05	20.641.469,07
2020	135.240.843,41	23.235.790,96	97.929.526,53	14.075.525,92
2021	104.117.006,91	23.923.074,17	58.719.325,14	21.449.274,15
2022	190.939.481,45	46.318.823,01	95.598.593,71	48.534.940,92
2023	206.871.618,94	30.831.384,96	157.644.339,64	18.395.894,34

Ano	Restos a Pagar Processados e Não Processado Liquidado			
	Sd. Ant. + Inscr.	Cancelados	Liq. / Pagos	A Pagar
2013	14.061.050,03	834.812,93	11.668.293,32	1.557.943,78
2014	14.185.501,57	84.401,57	12.185.177,47	1.915.922,53
2015	16.658.848,59	326.346,38	12.497.987,73	3.834.514,48
2016	14.547.151,25	90.493,03	10.978.228,34	3.478.429,88
2017	13.521.167,53	1.506.248,60	9.842.639,63	2.172.279,30
2018	18.612.441,17	494.336,09	17.824.247,98	293.857,10
2019	22.045.625,26	103.658,62	21.697.444,90	244.521,74
2020	10.256.818,03	8.426.592,97	1.717.995,79	112.229,27
2021	5.250.313,42	38.670,06	5.105.154,90	106.488,46
2022	1.686.120,70	220.995,94	973.992,29	491.132,47
2023	8.778.574,95	560.882,06	8.132.196,59	85.496,30

III – BALANÇO FINANCEIRO

Exercício de 2023 – Anexo 13

12 – Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

12.1 - Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto pelo resultado orçamentário (receitas menos despesas orçamentárias), somado ao resultado das transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e ainda o resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo os restos a pagar). Em 2023, o resultado financeiro foi deficitário em R\$ 105,5 milhões, e sua formação é detalhada na tabela a seguir:

Tabela 44 – Resultado Financeiro

DESCRIÇÃO CONTÁBEIS	2023	2022	AH%
Ingresso - Receita Orçamentária (I)	2.232.496.667,18	2.031.368.173,26	9,9
Dispêndio - Despesa Orçamentária (II)	-1.775.680.458,25	-1.405.360.631,75	26,4
Resultado Orçamentário (III = I - II)	456.816.208,93	626.007.541,51	-27,0
Ingresso - Transferências Financeiras Recebidas (IV)	7.952.414,51	19.856.605,89	-60,0
Dispêndio - Transferências Financeiras Concedidas (V)	-643.649.992,20	-577.748.960,48	11,4
Transferências Financeiras Líquidas (VI = IV - V)	-635.697.577,69	-557.892.354,59	13,9
Ingresso - Recebimentos Extraorçamentários (VII)	1.644.256.259,00	1.412.123.674,79	16,4
Dispêndio - Despesas Extraorçamentárias (VIII)	-1.570.882.077,17	-1.337.298.530,70	17,5
Resultado Extraorçamentários (IX + VII - VIII)	73.374.181,83	74.825.144,09	-1,9
RESULTADO FINANCEIRO EXERCÍCIO (IX + VII - VIII)	-105.507.186,93	142.940.331,01	-173,8
Ingresso - Saldo em Espécie de Exercício Anterior	538.628.127,45	395.687.796,44	36,1
Dispêndio - Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	433.120.940,52	538.628.127,45	-19,6
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	-105.507.186,93	142.940.331,01	-173,8

IV – BALANÇO FINANCEIRO – FLUXO DE CAIXA

Exercício de 2023

13 – Fluxo de Caixa

13.1 Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) objetiva contribuir para a transparência da gestão pública, além de permitir um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

A DFC foi elaborada pelo método direto de forma a evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, segregada nos seguintes fluxos: das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

Em função da adoção do Princípio da Unidade de Tesouraria, a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, constante no Demonstrativo de Fluxo de Caixa é igual ao Resultado Financeiro evidenciado no Balanço Financeiro. Dessa forma, em 2023, o resultado apurado foi negativo em R\$ 105,5 milhões composto da seguinte maneira:

Tabela 45 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa – Formação

DESCRIÇÃO CONTÁBEIS	2023	2022	AH%
Atividades das Operações	37.635.359,48	134.716.477,86	-72,1
Ingressos (Receitas e Transferências)	3.586.647.538,52	3.242.450.564,67	10,6
Desembolsos (Orçamentários e Extraorçamentários)	3.549.012.179,04	3.107.734.086,81	14,2
Atividades de Investimento	-175.227.917,18	-16.999.135,41	930,8
Ingressos (Alienações de bens)	50.308,00	1.793.643,55	-97,2
Desembolsos (Aquisição de Ativo Não Circulante)	175.278.225,18	18.792.778,96	832,7
Atividades de Financiamento	32.085.370,77	25.222.988,56	27,2
Ingressos (Operações de Crédito)	59.539.972,27	52.929.481,31	12,5
Desembolsos (Amortização de dívida)	27.454.601,50	27.706.492,75	-0,9
TOTAL GERAÇÃO LÍQUIDA E EQUIVAL. DE CAIXA	-105.507.186,93	142.940.331,01	-173,8

Verifica-se no quadro acima que a redução de 173,8% na geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa foi influenciado principalmente pelos Desembolsos nas Atividades de Investimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados aqui demonstrados são frutos dos registros efetuados tendo por suporte documentos hábeis remetidos para contabilização pelos órgãos da entidade ou extraídos através de sistema integrado, respondendo estes, pela veracidade, integralidade e procedência. Os gestores se encontram cientes de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante às responsabilidades quanto a documentação e procedimentos. A responsabilidade do profissional Contador que referenda essas demonstrações contábeis está limitada aos fatos efetivamente notificados pelos referidos órgãos da administração a este profissional.

Londrina, 31 de dezembro de 2023.

Danilo Aparecido Landegrafi Barbosa
Contador CRC PR-65.601/O-0

João Carlos Barbosa Perez
Secretário Municipal de Fazenda

Beatriz de Oliveira Teixeira
Controladora-Geral do Município

Marcelo Belinati Martins
Prefeito do Município